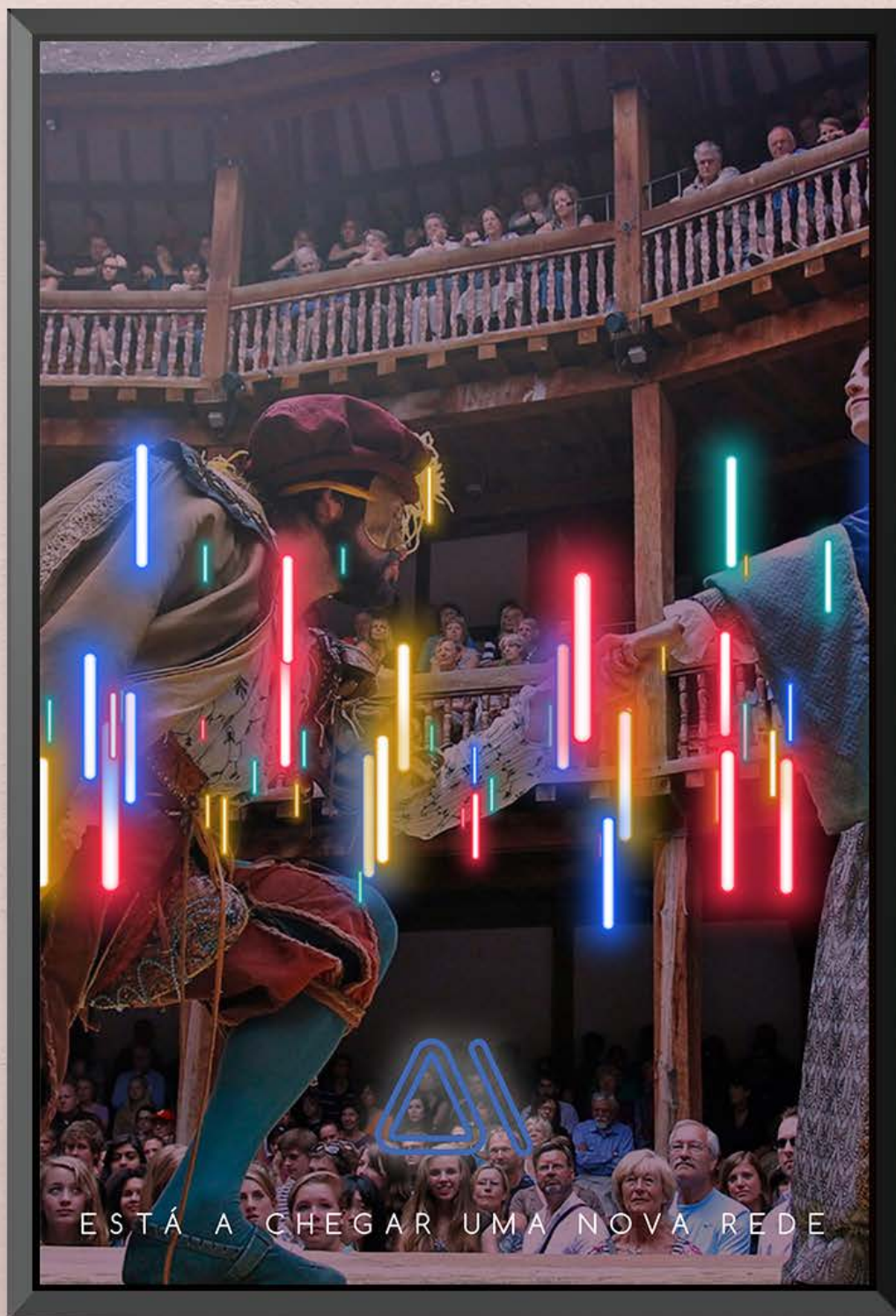


DESCENDÊNCIAS

M A G A Z I N E





aild.pt



p/ 06 e 07.

AILD - Uma rede viva, dinâmica e Real
Cartão de Cidadão

p/ 12.

Grande Entrevista.
Paulo Pisco, deputado do PS eleito pelo círculo da Europa

p/ 30.

Artes e Artistas Lusos. Por Terry Costa
Carlos Farinha

N E S T A E D I Ç ã O

p/ 36.

Ambiente. Por Vítor Afonso
Sustentabilidade Ambiental

p/ 40.

Eça de Queiroz - Parte II. Por Manuel Pereira Cardoso
Do mais "alto lugar" queirosiano. Entre a ficção e a realidade

p/ 60.

Falar Português. Por Marco Neves
Dez palavras que Portugal deu aos ingleses

Obra de capa

Título: Ngunhá e Toje
(Peixe do mar) e (Pássaro)

Dimensões: 35 x 27

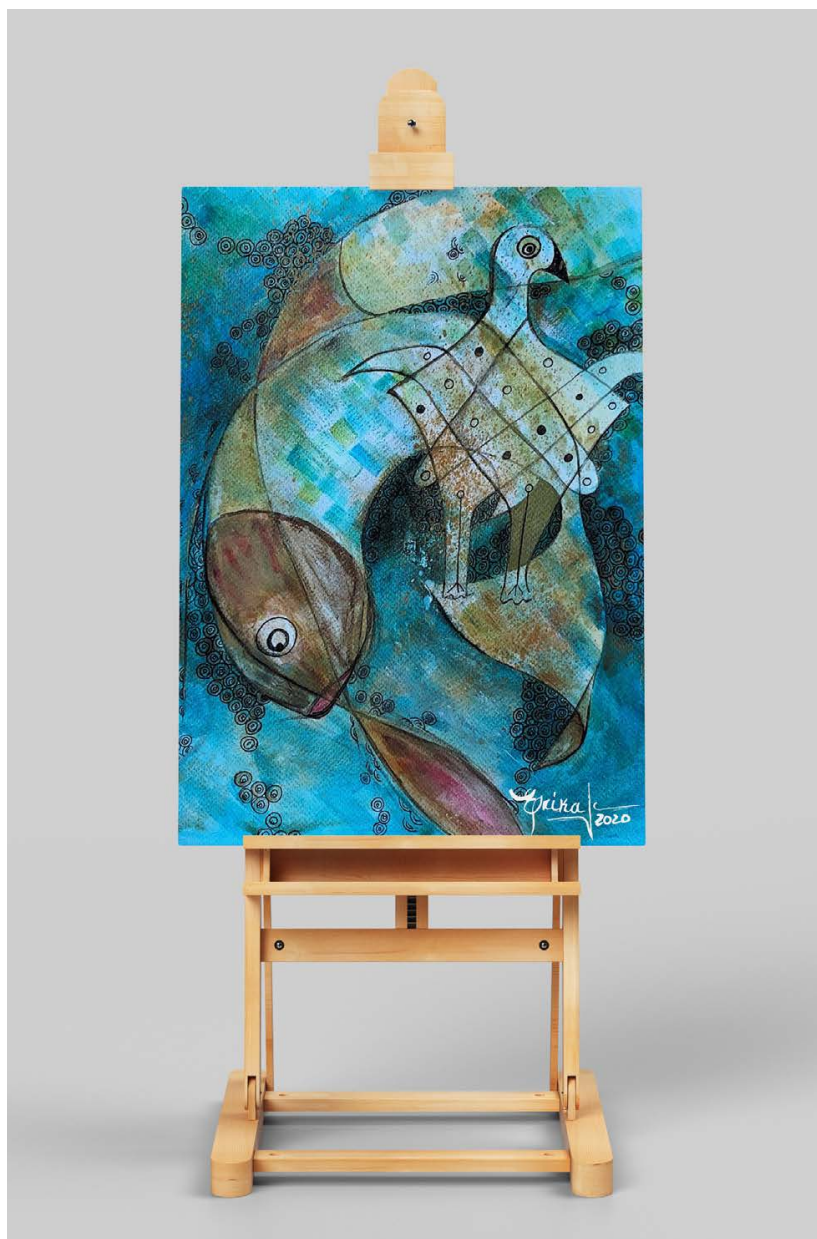
Técnica: Acrílico caneta s/papel

Descrição da obra:

Num passado muito remoto, e durante tempos quase infinitos para a escala humana na Terra foram-se desenvolvendo muitos sistemas e seres vivos. Foi uma fase de criação que gerou uma riqueza extraordinária, de incalculável valor, vulgarmente denominada Biodiversidade. O Homem nasceu também desse processo e dele sempre fez parte. Durante muito tempo a harmonia reinou. O Homem evoluiu e “civilizou-se”. Desmesuradamente se multiplicou, mesmo muito para além dos limites do razoável para que a harmonia permitia. Começou a ocupar o espaço dos demais, e começou a aniquilar o Património Natural e cultural, começando um processo da extinção das espécies. O Vale dos Animais, último reduto de algumas espécies, os animais sentem que o seu espaço vital vai ser mesmo aniquilado e choram e gritam.

Erika Jámece

obrasdecapa@descendencias.pt



F T

Diretora Fátima Magalhães | **Diretora Adjunta** Gilda Pereira | **Editores** António Manuel Monteiro, Alfredo Stoffel, Branca Célia Dias, Cristina Passas, Diana Correia, Flávio Alves Martins, João Costa, Georgina Leal, Gilda Pereira, Hugo Gonçalves Silva, José Governo, José Martinho, Mafalda Lourenço, Marco Neves, Maria do Carmo Mendes, Marta Costa, Melissa da Silva, Paula Cristina Veiga, Pedro Guerreiro, Philippe Fernandes, Rogério M. Fernandes Ferreira, Sonia Coelho, Tiago Sabarigo, Tiago Robalo, Vítor Afonso | **Revisão** JG Consulting | **Design Gráfico** Amostra de Letras | **Estatuto editorial** <https://descendencias.pt/estatuto-editorial/> | **Editor e Proprietário** Amostra de Letras Lda, NIF 515975591 | **Administração** Fátima Magalhães - 100% capital | **Periodicidade** Mensal | **Contactos** E: info@descendencias.pt W: <https://descendencias.pt> T: 309 921 350 | **Publicidade** E: publicidade@descendencias.pt | **Anúncios** A Amostra de Letras Lda, não é responsável pelo

conteúdo dos anúncios nem pela exatidão das características e propriedades dos produtos e/ ou bens anunciados. A respetiva veracidade e conformidade com a realidade são da integral e exclusiva responsabilidade dos anunciantes e agências ou empresas publicitárias | **Direitos** Em virtude do disposto no artigo 68º n.º2, i) e j), artigo 75º n.º2, m) do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos artigos 10º e 10º Bis da Conv. de Berna, são expressamente proibidas a reprodução, a distribuição, a comunicação pública ou colocação à disposição, da totalidade ou parte dos conteúdos desta publicação, com fins comerciais diretos ou indiretos, em qualquer suporte e por qualquer meio técnico, sem a autorização da Amostra de Letras Lda | **Sede Editor/Redação** Rua dos Almocreves, 44 4455-029 Lavra - Matosinhos | **Registo ERC** 127522 | **Edição** 09 setembro 2021, GRATUITA

Editorial

Caros Leitores

Setembro é sempre um mês marcante, pois para muitos assinala um recomeço, um ponto de viragem antes dos últimos meses do ano. Durante o verão vimos rostos familiares que há muito não revíamos – entes queridos, amigos emigrados –, assistimos aos Jogos Olímpicos e orgulhamo-nos dos nossos atletas (medalhados e não medalhados), enchemo-nos de esperança por ver a luta contra a pandemia, os esforços da vacinação com o anseio de voltarmos a uma nova normalidade, visando a recuperação económica.

Durante este verão também assistimos ao reacender do turismo, mesmo que de maneira algo tímida. Para a DESCENDÊNCIAS foi ainda possível perceber que estamos no caminho certo, ao tomarmos conhecimento do crescente interesse de muitos portugueses emigrados na nossa revista, bem como na Associação Internacional dos Lusodescendentes (AILD). Crescemos em seguidores em todas as redes sociais – no Facebook já passamos os seis mil seguidores e também aumentamos de forma significativa as visitas ao nosso site e a leitura de artigos. Ao longo deste verão vimos o mundo à nossa volta a ser impactado por diversas mudanças que aba-

lam as próprias estruturas sociais não só dos países onde estes acontecimentos se desenrolaram, mas também dos restantes que com eles têm relações. Mudanças que prometem esperança no desenvolvimento científico e na recuperação económica, mudanças que em primeira instância nos podem assustar, mas que no final nos trazem motivação para as enfrentar e em contribuir para continuarmos a tornar este mundo um lugar melhor.

De facto, vamos tendo conhecimento de muitos portugueses espalhados pelos quatro cantos do globo que se têm empenhado nesta missão, sendo reconhecidos pelos órgãos internacionais e outras entidades dos países onde se encontram. Hoje, como há mais de quinhentos anos atrás, continuamos a deixar a nossa marca no mundo.

A DESCENDÊNCIAS celebra o seu 9º mês de existência com novos projetos, novas ideias, novas caras e com a determinação de dar voz e rosto a quem procura não só enaltecer o melhor que há em ser descendente do velho Viriato, mas também no melhor que pode haver em sermos unidos pela igualdade, pela proximidade e pelo entendimento das diferenças entre todos.



Gilda Pereira
Diretora Adjunta

| A I L D

Uma rede viva, dinâmica e real

A AILD – Associação Internacional dos Lusodescendentes, desde a sua criação e por força dos seus estatutos tem procurado trabalhar em parceria e cooperação com outras instituições, públicas e privadas, abrindo a porta a todos, com a certeza que juntos, iremos, seguramente, mais longe.

E este tem sido claramente o nosso espírito e sobretudo, a nossa prática, onde temos procurado sempre desenvolver ações, projetos e iniciativas, envolvendo parceiros e chamando novas pessoas a participar. Esta atitude tem-nos feito sentir claramente uma outra dimensão, um sentimento de partilha e envolvimento, que nos torna efectivamente, diferentes e certamente, melhores, pois, esta dimensão e pluralidade, não só enriquece a estrutura, como tem sido responsável pelos resultados e dinâmicas que temos conseguido conquistar em tão pouco tempo.



Mas isto trouxe-nos um problema – a necessidade de crescer, a necessidade de encontrar uma solução que permitisse envolver mais gente, envolver mais lusodescendentes, que permitisse envolver de forma mais ativa Portugal e as comunidades portuguesas pelo mundo, que permitisse mais facilmente alcançar os nossos objectivos enquanto Associação Internacional dos lusodescendentes.

Não só encontramos a solução para o problema, como já a estamos a implementar, e

que vem revolucionar o conceito e a dimensão associativa. A partir da AILD-mãe, sediada em Portugal, estamos a criar delegações da AILD em diversos países do mundo, da Europa e fora da Europa, que estão já em fase de constituição e que terão brevemente a sua atividade, cujas estruturas serão dirigidas pelos próprios residentes dos diversos países, em articulação com a estrutura mãe em Portugal.

Temos neste momento diversos países já a constituir-se e organizar-se, numa dinâmica de contactos extraordinária e desenfreada, ao qual brevemente tornaremos público, e será com enorme orgulho e satisfação que divulgaremos os países e as pessoas envolvidas em cada comunidade, mas também, os desafios e projetos que estas estruturas estão a criar e que irá potenciar uma dimensão de rede internacional, uma rede viva, dinâmica e real.

Em Agosto, tive a oportunidade de estar com a minha família que está na sua maioria em França, e por curiosidade tentei saber quem tinha cartão de cidadão português. Foi curioso notar que nem os meus primos, da minha idade, nem os seus filhos tinham.

É certo que quem já viveu fora de Portugal sabe, que os consulados são um lugar a evitar, é penoso recorrer a eles por várias razões, e na maioria dos casos não nos sentimos nem bem-vindos nem bem tratados. Ainda me lembro quando os meus pais foram tentar obter os documentos para mim e para o meu irmão, uma burocrática e diligente funcionária, fazendo uso do mais elevado saber, fez questão de emitir os documentos para o meu

irmão David traduzindo o seu nome para português como Davide. A verdade é que muitos portugueses que vivem no estrangeiro, preferem tratar dos documentos em Portugal, mesmo que para isso percam alguns dias de férias.

Procurando saber por que razão muitos dos meus familiares não pediam o cartão de cidadão, descobri, que para além de não quererem incomodar os funcionários consulares, não viam qualquer utilidade em possuir o cartão de cidadão. Normalmente só tratam dele quando é preciso tratar de heranças.

Apesar de virem a Portugal quase todos os anos, em especial para estarem com os avós e para assistirem às festas religiosas da aldeia, não pensam se-

| A I L D

Cartão de Cidadão

quer em aproveitar a sua estadia para o obter.

Ora, todos nós deveríamos contribuir para que todos os portugueses que vivem no estrangeiro, se registassem nas embaixadas e consulados e que tivessem o seu cartão de cidadão, seria um sintoma de que os laços com Portugal se mantêm. O acesso ao ensino da língua portuguesa deveria ser facilitado a todos eles. O que ajudou os quatro filhos de uma minha prima a manter algum contacto com a língua portuguesa, foram as aulas de catequese e as vindas a Portugal no verão.... Muitos nem sabem que existe um contingente que permite um acesso privilegiado dos lusodescendentes ao ensino superior em Portugal. Outra

forma que poderia concorrer para este fim, seria facilitar o registo das muitas propriedades rurais não cadastradas aos lusodescendentes.

Tudo deve valer para manter os laços dos lusodescendentes com Portugal. Todos deveriam contribuir para esse fim, as várias autoridades públicas, as organizações não-governamentais e cada um de nós. A AILD – Associação Internacional dos Lusodescendentes está empenhada em fortalecer os laços entre Portugal e os portugueses que vivem no estrangeiro. Nesse sentido estamos a equacionar uma série de medidas, assim todos os que se queiram juntar-se a nós nesse esforço serão muito bem-vindos.



Philippe Fernandes
Presidente da AILD

A I L D

Cristina Passas

Idade: 50 anos
(menos uns pózinhos)
País de nascimento:
Portugal
Cidade onde reside:
Mirandela
Origens lusófonas:
Francesas



O que faz profissionalmente?

A nível profissional, a vida foi uma autêntica caixinha de pandora. Com os desafios inerentes ao mundo, desde muito nova percebi que era o mundo empresarial que me desafiava, enveredando por isso na licenciatura em Relações Internacionais Económicas e Políticas na Universidade do Minho e ingressando na Associação Comercial e Industrial de Mirandela em 1998. A minha atividade profissional desenvolveu-se entre o associativismo e as iniciativas empresariais próprias e ligadas a projetos familiares. Hoje sou consultora e trabalho para que os meus associados e clientes possam superar os objetivos e metas empresariais bem como consolidar as suas empresas no mercado interno e a nível internacional mas no meu cur-

riculum profissional deixo como registo mais importante, a coordenação das Feiras de Atividades Económicas, o Projeto Rota do Azeite de Trás-os-Montes, e o Dossier da Certificação da Alheira de Mirandela enquanto IGP, e atualmente a coordenação do Gabinete de Apoio à Empresa e ao Empreendedor.

Desde 2009 abracei um projeto autárquico durante três mandatos consecutivos na freguesia, São Salvador, concelho de Mirandela. A valorização dos serviços prestados à população bem como a reabilitação urbanística da freguesia pautaram a estratégia que conjuntamente defini com a minha equipa ao longo de 12 anos e que foi implementada com a tranquilidade necessária para que os resultados conseguidos em pouco ou nada se desviassem das metas a que nos propusemos.



Desafios e projetos para 2022? Quais os projetos que pretende desenvolver na AILD?

Além de estar a preparar um projeto que está pouco fora da minha área de conforto mas que está em estudo e a ser planificado com uma equipa, o ano de 2022 depois de encerrar o ciclo político, passam por consolidar a minha participação ativa na AILD nomeadamente com a implementação da Academia de Formação para delegações da AILD em França, Angola, Alemanha, Inglaterra.

Será também o ano de iniciar o ciclo de internacionalização da empresa familiar que tem origem no investimento que o meu pai fez numa exploração agrícola, enquanto emigrante em França nos anos 70.

Na área da consultadoria empresarial, na minha carteira de cliente os empresários das nossas comunidades vão exigir ainda mais acompanhamento pelo que é necessário uma excelente gestão de tempo e recursos.

O que mais gosta em Portugal?

Tudo ou quase tudo! Gosto das pessoas, gosto do sol (e com a idade tem ainda mais importância no nosso equilíbrio emocional), da luz, gosto da diversidade de paisagens, do mar, dos montes, dos destinos turísticos, gosto da gastronomia. Gosto da nossa capacidade de nos reinventarmos em situações complexas, da nossa capacidade de superação, gosto dos nossos atletas Olímpicos que levaram a nossa bandeira bem longe e bem alto, elevam o nosso orgulho Português e de sentimento de patriota... Gosto do nosso lado solidário e de inclusão...

Gosto da nossa liberdade, liberdade cívica, de expressão... gosto da tranquilidade e paz que podemos usufruir no nosso retângulo à beira-mar.

Mas gosto ainda mais do Reino maravilhoso de Miguel Torga e da pintora Graça Morais e claro de Alheiras de Miranda.



O que menos gosta?

Do que gosto menos... Tanto e tanto... Não gosto que nos façam de “fantoques” nos sucessivos escândalos que abalaram todo o nosso sistema bancário, desportivos, etc e nos descredibilizam nas esferas internacionais... Não gosto que “vendam” as nossas barragens e esburaquem o território reconhecido como Património Mundial da UNESCO em prol de superiores interesses ao serviço do mundo digital e da dita economia verde... que não olha a meios para atingir os seus fins...

Não gosto da debilidade do sistema judicial porque é fraco perante o “forte” e forte perante os fracos... não gosto mesmo nada... Não gosto de radicalismo, não gosto mesmo nada... Não gosto que os hipermercados estejam abertos ao domingo porque defendo políticas de conciliação familiar... Não gosto que não haja verdadeiras políticas para a revitalização do Interior... e que atire com medidas avulso para entreter o povo há quase 40 anos e se assobie para o lado...

Porque se tornou associada da AIDL?

Ser associada da AIDL é um imperativo moral quer no respeito e memória dos meus pais e tios que tiveram de emigrar clandestinamente nos anos 70 e foram uns heróis, quer para apoiar um projeto que abraça todas as comuni-

dades de portuguesas e será uma “casa” com rede em todo o Mundo para apoiar pessoas, projetos, disseminar a língua e a nossa cultura.

A AIDL sendo uma associação apartidária, sem associação religiosa ou outras concepções ideológicas, é uma associação de pessoas de bem que se unem em torno da nossa Lusofonia e isso é um espírito único que vivemos dentro da AIDL.

Inevitável no momento que estamos a atravessar perguntar-lhe como está a “sobreviver” a esta pandemia? Que impacto está a ter na sua vida?

Como em tudo na vida, é necessário tirar as devidas ilações, fazer das fraquezas oportunidades e readaptar-nos aos novos ciclos que muitas vezes nos renovam e nos impulsionam para novos projetos. Assim, o impacto foi reajustar a minha vida a novos projetos e seguir em frente.

Uma mensagem para as Comunidades portuguesas.

A minha mensagem é simplesmente dizer que Portugal deve muito a todas as suas Comunidades porque são a extensão das raízes da nossa língua, da nossa cultura e da nossa história.

Assim, termino dizendo-lhes simplesmente, obrigada por serem os embaixadores do Povo Português.

QUINTADARIBEIRINHA.PT





GRANDE ENTREVISTA

DEPUTADO PELA EMIGRAÇÃO

PAULO PISCO

Paulo Alexandre de Carvalho Pisco é um deputado e político português do Partido Socialista, eleito pelo Círculo da Europa. As suas habilitações académicas incluem uma licenciatura em Filosofia e uma pós-graduação em Estudos Europeus. Pertence à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas e à Comissão de Assuntos Europeus. O Grão-Ducado do Luxemburgo condecorou-o com a Ordem de Mérito.



© Dotcom

Paulo Alexandre de Carvalho Pisco, deputado, na Assembleia da República no XIV pela legislatura do Partido Socialista. Quem é o Paulo Pisco e o que gosta de fazer?

Eu gosto de muito de ler, de viajar, de estar com amigos e de ir à praia. Tenho uma grande paixão por música, principalmente Bossa Nova e jazz. Tenho, aliás, uma imensa coleção de Cd's de que me orgulho muito.

No início da vida académica, realizou uma licenciatura em filosofia e mais tarde fez uma pós-graduação em Estudos Europeus. Como surgiu o interesse por este curso?

Eu era jornalista e fui trabalhar para o Parlamento Europeu. Entretanto, tive a oportunidade de fazer uma pós-graduação em Estudos Europeus na Universidade Livre de Bruxelas, na altura em que era assessor do grupo parlamentar.





A Universidade Livre de Bruxelas é uma universidade muito prestigiada na área dos assuntos europeus e fiquei muito satisfeito por ter feito o curso, que me serviu imenso na minha vida profissional. Este curso permitiu-me ter uma visão muito mais alargada da Europa e também uma perspetiva académica, que foi muito importante para mim. Eu considero-me profundamente europeísta e tenho um enorme interesse por todas as temáticas relacionadas com a construção europeia.

Como nasce o gosto pela política e início de carreira?

O gosto pela política sempre o tive. Começou precisamente nas discussões que tínhamos à mesa em casa, sobretudo com o meu pai, que tinha uma opinião diferente da minha. E quando era jornalista escrevia sobre política, primeiro nacional e, depois, europeia... e acabei por seguir esse caminho. Inicialmente fui para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista do Parlamento Europeu. Tornei-me depois Presidente da Federação do PS no BENELUX. Mais tarde, fui eleito deputado do PS pelo Círculo da Europa. Aliás, fui dos primeiros residentes no estrangeiro a ser eleito para a Assembleia da República, porque até aquele momento todos os candidatos, creio que, com exceção de um, eram oriundos de Portugal.

Em que consiste o trabalho (missão) de um deputado, no seu caso eleito pelo Círculo da Europa? Como organiza a sua vida no dia a dia?

É um trabalho muito gratificante, porque se trata verdadeiramente de uma missão, de pôr em evidência a importância das nossas Comunidades, de as defender, de ajudar a resolver os seus problemas, acompanhar a sua atividade e participar nas suas iniciativas e fazer a sua representação. Em Portugal é necessário ter uma aproximação mais natural com os portugueses residentes no estrangeiro; a própria administração pública precisa de se adaptar melhor às especificidades das exigências burocráticas dos portugueses residentes no estrangeiro. É um trabalho de grande importância, tanto mais que as nossas Comunidades são muito vastas, inovadoras, influentes e desempenham um papel de grande relevância em todos os países de acolhimento. E, apesar disso, têm uma importância que nem sempre é devidamente reconhecida no nosso país.

O facto de, desde 2016, se celebrar o Dia de Portugal junto das Comunidades é também uma evidência desse reconhecimento acrescido da sociedade e das instituições de portugueses. Mas existe sempre muito trabalho a fazer para aproximar mais os portugueses residentes no estrangeiro do nosso país, com as instituições e com a nossa sociedade, para que possa existir um relacionamento mais fluído. Gostava muito que não houvesse nenhuma distinção, porque realmente não há, entre um português residente no estrangeiro e outro em Portugal. Portugal é sempre o lugar de reencontro dos portugueses que vivem no estrangeiro. E há sempre uma grande curiosidade dos portugueses residentes no estrangeiro e dos lusodescendentes em reencontrarem as suas raízes e origens.



© Dotcom

Sente que muitos portugueses não voltam porque não se sentem valorizados?

Muitas vezes não voltam porque criaram raízes nos países para onde foram. Mas também pode acontecer não sentirem que a força do seu trabalho não é suficientemente valorizada; mas no final, creio que é sempre no nosso país que nos sentimos melhor, falamos a mesma língua, conhecemos as regras, as pessoas.

Que espaço ocupa o jornalismo na sua vida?

Ser jornalista é como andar de bicicleta: depois de aprendermos fica para sempre. E eu sou jornalista e continuo a exercer, porque escrevo muito e gosto muito de escre-

ver. E escrevo com facilidade, o que ajuda muito porque fiz esse percurso como jornalista e tive essa formação. Daí que, muitas vezes, sou eu o assessor de imprensa de mim próprio.

Tendo vivido e estudado em Bruxelas. Quais os elos profissionais e emocionais que o ligam a essa cidade?

Tenho uma ligação forte a Bruxelas, porque, desde logo, a minha filha nasceu lá. Mas também porque ainda lá tenho muitos amigos e muitos também por toda a Europa, que conheci enquanto estive em Bruxelas.. Por isso, será sempre para mim uma cidade especial e muito familiar. Também porque tive uma boa experiência profissional e política e uma boa experiência académica e pessoal. E vi-



© Dotcom

ver em Bruxelas só reforçou o meu sentimento e amor pela Europa e por tudo o que significa este espírito de partilha que existe entre os europeus. Aliás, recordo-me muito bem que entre os primeiros artigos que escrevi para os jornais estavam artigos sobre a importância da União Europeia. Portanto, a minha ligação a Bruxelas é muito forte por muitas razões, entre elas porque foi a partir de Bruxelas que me lancei de forma mais determinada na política e também porque a primeira vez que fui eleito para a Assembleia da República era lá que vivia.

Durante uma entrevista falou das transformações que as Comunidades têm sofrido devido à pandemia. Pode falar-

nos um pouco sobre esse assunto e as principais preocupações relativamente às Comunidades portuguesas?

A pandemia trouxe diversas transformações à vida das nossas comunidades. Desde logo, porque muitos portugueses residentes no estrangeiro tiveram que abandonar os seus projetos de vida e muitos tiveram mesmo de regressar a Portugal, obviamente porque se sentiam mais seguros no seu país. Por outro lado, nas próprias estruturas das Comunidades, a nível associativo, houve uma dinâmica muito negativa devido aos confinamentos e as limitações à mobilidade, levando ao encerramento, em alguns casos definitivo, de muitas associações. O movi-



© Dotcom

mento associativo é um instrumento muito relevante para a nossa presença no estrangeiro, porque permite uma maior ligação entre as Comunidades e as e as instituições locais. O meu receio é que, com o encerramento de algumas associações, uma parte da nossa história se perca. A nível consular houve também uma redução do número de funcionários em trabalho, e deixou de haver presenças consulares, o que afetou muitos dos portugueses que vivem mais longe dos postos consulares para resolverem os seus problemas.

Sentiu maior dificuldade em exercer as suas funções desde que começou a pandemia?

Estive praticamente um ano e meio sem viajar, sem ir ao encontro das comunidades, e antes da pandemia todas as semanas tinha saídas. Entre março de 2020 e maio de 2021 fiz cinco deslocações, o que normalmente faria em três ou

quatro semanas. Obviamente, eu procurei acompanhar as nossas Comunidades e os seus problemas através de reuniões virtuais para perceber o que passava e como estavam a reagir em termos associativos, sociais e consulares.

Recentemente numa entrevista à Descendências o Prof. Paulo de Moraes sugeriu que na Europa não faz sentido termos Embaixadas e devíamos antes criar uma forte rede Consular, com pequenas lojas de cidadão e nas mesmas instalações escolas de ensino de Português. Partilha desta opinião?

Não. As embaixadas continuam a ser indispensáveis, porque a função das embaixadas é totalmente diferente da dos consulados. As embaixadas tratam das relações bilaterais entre os países, e a função dos consulados é responder aos seus problemas administrativos e acompanhar a vida das nossas comunidades. No entanto, dada a importância das



© Dotcom

nossas Comunidades, os embaixadores são cada vez mais solicitados a ter maior intervenção e presença junto das nossas Comunidades. É absolutamente indispensável que continuem a existir embaixadas e consulados. Os consulados deverão ser objeto de melhorias para aumentar a sua capacidade de resposta relativamente a todo o tipo de necessidades dos portugueses que estão no estrangeiro. Nos últimos anos tem havido uma modernização dos nossos postos de atendimento consular, de forma a melhorar os serviços prestados.

Que importância tem o relatório que elaborou “por uma política europeia para as diásporas”? Como é que os estados membros conseguem chegar a um consenso sobre esta temática?

Esse relatório é muito importante. Sugeri o tema e batalhei para ser o autor do relatório, que depois veio a ser aprovado numa sessão plenária da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa. É um relatório importante, desde logo porque coloca as diásporas na agenda dos governos para que possam ser valorizadas, tanto relativamente aos países de acolhimento, como em relação aos países de origem. E as diásporas são uma realidade incontornável tanto no espaço da União Europeia como nos 47 países do Conselho da Europa e, na realidade, em todo o mundo. A história da Europa e do mundo é feita de mobilidades, de deslocamentos de um sítio para outro, levando as pessoas a constituírem-se em grupos, em comunidades... Estando em lugares diferentes daqueles de onde são originários, as pessoas têm necessidades específicas, quer a nível económico, de trabalho, cultural, associativo, de vida social, de



© Dotcom

criação de laços, tanto com o país de acolhimento como com Portugal. Só nos países da União Europeia existem cerca de treze milhões de cidadãos comunitários a viver noutro Estado-membro. Além disso, existem cerca de vinte e um milhões de cidadãos de países terceiros, o que significa que temos mais de trinta milhões de cidadãos de outros países que se constituem em diásporas, alguns dos quais com relações difíceis com os seus países de origem. E cada país tem uma maneira diferente de se relacionar com as suas diásporas, com mais ou menos políticas e com mais ou menos direitos. Há países que têm excelen-

tes relações com as suas diásporas, como a Irlanda, mas depois não lhes confere direitos de participação política. Mas, varia muito de país para país. Portugal é uma grande referência em termos mundial quanto à relação que tem com a sua diáspora, em virtude da sua representação no Parlamento, de políticas públicas definidas no Governo e da proteção na Constituição.

As recomendações destes relatórios são essencialmente três: primeiro, para que se crie um livro branco sobre as diásporas, para se saber melhor como cada país lida com os seus cidadãos residentes no estrangeiro, que estruturas



© Dotcom

de relacionamento têm, que programas e políticas lhes são dirigidos. A segunda recomendação, é para que se faça um mapeamento das diásporas de forma a conhecer melhor quem são, quantos são, onde estão, o que fazem e quais as suas expetativas relativamente aos países de acolhimento e de origem, o que permitirá depois desenhar melhores políticas públicas.

Por último, recomenda-se a criação de um fórum europeu das diásporas, para que se troquem experiências e conheçam os problemas de uns e outros. E, desta forma, também este tema estará sempre presente na opinião pública, assegurando assim uma visibilidade e presença das questões relacionadas com as diásporas.

É importante que não se crie a ilusão de que as diásporas não existem, porque elas estão bem presentes em todo o lado e têm necessidades e expetativas específicas. Na dis-

cussão do relatório fiquei particularmente satisfeito pelo facto de o Diretor-Geral da Organização Internacional das Migrações (OIM), António Vitorino, ter sido o orador principal e de ter dito que concordava com as recomendações do relatório e que colocava à disposição do Conselho da Europa todo o saber e conhecimento da OIM. Portugal tem muito a aprender sobre a sua diáspora, mas também pode servir de modelo em muitas coisas neste domínio.

Recebeu a Ordem de Mérito atribuída pelo Grão-Ducado do Luxemburgo. Que reconhecimento foi este? Como se sentiu?

Eu tenho uma relação muito importante com todos os países da Europa, mas tenho uma relação particular com o Luxemburgo por ser já há algumas legislaturas o Presi-



© Dotcom

dente Parlamentar do Grupo da Amizade com o Luxemburgo, pelo que sempre procurei intervir para contribuir para o desenvolvimento da relação entre os dois países, em benefício dos dois povos, mas salvaguardando também os interesses da nossa comunidade, que representa cerca de 18 por cento da população total do Grão-Ducado. Tendo o Luxemburgo 18% da sua população de origem portuguesa, considero que os dois Estados têm de ter uma relação e uma responsabilidade muito particular. E é neste sentido que sempre tenho tentado desenvolver a minha ação sempre que Portugal, o Luxemburgo e a nossa comunidade estão em jogo. Creio que terá sido por estas razões que as autoridades luxemburguesas terão decidido atribuírem-me a condecoração com o grau de Cavaleiro da Ordem de Mérito.

Foi aprovado recentemente um conjunto de alterações no processo eleitoral dirigido aos portugueses residentes no estrangeiro. Que medidas são essas e que impacto terão no futuro das Comunidades portuguesas?

A alteração mais importante foi o recenseamento automático, que é para mim uma das medidas mais corajosas e ousadas que algum Governo alguma vez tomou para valorizar para dar voz às nossas Comunidades. Isto permitiu que o número de inscritos nos cadernos eleitorais passasse de cerca dos trezentos e vinte mil para mais um milhão e quatrocentos mil eleitores. Isto tem um significado enor-

me, sobretudo porque estávamos a assistir de eleição para eleição a uma participação cada vez menor dos portugueses residentes no estrangeiro. Nas eleições legislativas de 2019, a participação aumentou seis vezes!

Como está a correr o projeto do Museu Nacional da Emigração em Matosinhos?

Durante o mês de julho tive uma reunião com a presidente da Câmara de Matosinhos. A criação deste museu nacional é uma forma de todos os portugueses reencontrarem, reconhecerem e viajarem até às suas raízes. A proposta de criação de um Museu Nacional da Emigração é um anseio antigo das nossas comunidades, que ganhou força quando em 2016 apresentei uma moção setorial a um Congresso de PS que foi aprovada e, depois, em outubro de 2017, através de um Projeto de Resolução que foi aprovado na Assembleia da República sobre o mesmo tema. O que defendo é que este museu seja dinâmico, digital, interativo, um lugar de estudo e de reflexão, um lugar onde seja feita a valorização e o reconhecimento de toda a história da emigração portuguesa, de todos os tempos. O poder transformador que a emigração portuguesa tem demonstrado em todos os lugares para onde tem ido é absolutamente notável, e se não procurarmos localizar, identificar, problematizar, reconhecer e divulgar toda essa história riquíssima, provavelmente a tendência será perder-se, como, de resto, muitas coisas já se perderam. O museu vai permitir a cen-



© Dotcom

tenas de milhar de portugueses residentes no estrangeiro e lusodescendentes recuarem no tempo para descobrirem melhor as suas origens, de onde vêm, de que matéria são feitos. Este projeto tem uma importante dimensão humana, económica, cultural, turística, académica, que de estar sempre bem presente. Com efeito, um país como Portugal, que tem a emigração como parte relevante da nossa identidade coletiva não pode negligenciar esta realidade. Neste momento, ainda não existe prazo para a conclusão do projeto, mas interessa que ele seja retomado, interessa também conseguir os apoios adequados e avançar, de preferências de acordo com os critérios que têm sido definidos e que, na minha opinião, deviam seguir o museu da emigração irlandesa, que também é inteiramente digital e retrata a história da emigração irlandesa de uma forma muito positiva, em que é valorizado o papel de cada irlandês no mundo.

Gostava de deixar uma mensagem aos leitores da Descendências Magazine, sabendo que o seu público são os portugueses espalhados pelo mundo?

É nosso dever coletivo valorizar as nossas Comunidades, como sendo parte integrante da nossa nação e de reconhecerem o seu valor: não olharem os portugueses que estão lá fora com distância ou indiferença, ou pior ainda, com preconceito. Não há nada que distinga um português que resida no país ou no estrangeiro. É necessário atribuir o devido valor a todos os portugueses que vivem no estrangeiro e que os reconheçamos e valorizemos, porque a sua importância para Portugal é gigantesca.

Muito obrigada, por nos ter concedido esta entrevista.

Eu é que agradeço esta oportunidade.



M I G R A Ç Õ E S

Há 7 anos na vanguarda das questões migratórias

Setembro é um mês muito especial para toda a equipa da Ei! Assessoria Migratória. Em 2014, no dia 16, abríamos (literalmente) as portas para o mundo. Como primeira agência de apoio à emigração e imigração, sentimos todo o nervosismo e entusiasmo de entrarmos por território desconhecido, mas cheios de vontade de o desbravar. A origem do nome “Ei!”

representa a nossa missão e motivo de existência – sermos o apoio, o facilitador e o ombro amigo de quem procurava sair de Portugal e criar raízes além-fronteiras (Emigrante), ou de quem procurasse no nosso país se estabelecer e dar início a uma nova vida (Imigrante).

É ainda de salientar, que quando nos lançámos para o mercado, Portugal

estava ainda em plena crise financeira, começando há muito pouco tempo a dar os primeiros passos no sentido da recuperação económica. Reconhecemos os desafios e ameaças que este contexto representava, mas principalmente estávamos confiantes nas oportunidades que existiam. Tendo o ano de 2015 sido demarcado por uma enorme vaga de portugueses que de-

cidiram procurar por outras condições de vida, a nossa principal área de atuação foi a emigração.

Contudo, em 2016, começámos a assistir a uma progressiva inversão desta tendência, sendo que 50% dos nossos clientes eram cidadãos nacionais a procurarem os nossos serviços para emigrarem e os restantes 50% já eram pessoas de outras nacionalidades que tinham intenção de se estabelecer em Portugal.

Foi entre a segunda metade de 2017 e o primeiro trimestre de 2018, que começámos a ter uma procura muito superior dos nossos serviços de apoio à imigração. No princípio assistimos ao fluxo dos profissionais altamente qualificados, oriundos dos países falantes de língua portuguesa, bem como de cidadãos reformados ou com rendimentos próprios que reconheceram a imensas qualidades do nosso país, para aqui se tornarem residentes. Estas tendências mantiveram-se até 2019 e início de 2020. Apesar do período desafiante que enfrentámos ao longo desse ano, foi incrível ver

como o desejo dos cidadãos do mundo em virem para Portugal se manteve, apesar do clima de incerteza que se viveu a nível global.

A bem da verdade, foi esta vontade férrea e fé inabalável nas virtudes de Portugal, por parte destes cidadãos estrangeiros, que nos deu força e motivação acrescida para enfrentar as adversidades que nos foram postas à frente pela pandemia da Covid-19. Além do mais, foi também um ano que se marcou também por uma shift na tendência dos fluxos migratórios. Britânicos, indianos, sul-africanos, russos, norte-americanos e canadianos, foram apenas algumas das nacionalidades que em maior número começaram a procurar-nos com manifesta vontade de, com a nossa ajuda, poderem vir para Portugal para aqui criarem novas raízes. Pessoas reformadas e com rendimentos próprios, profissionais independentes e nómadas digitais, empreendedores e famílias inteiras, todos com um mesmo objetivo: mudarem-se para o nosso país afim de aqui fazerem vida.

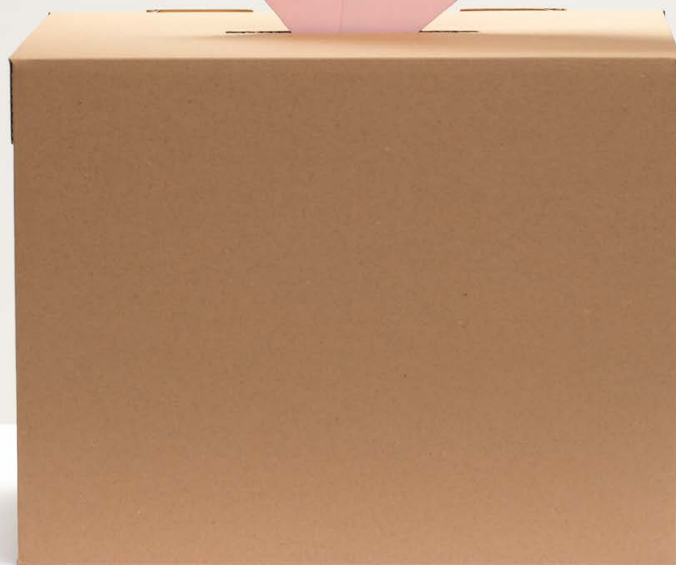
Passados 7 anos, entre tantas aventuras, incertezas, conquistas e experiências, podemos orgulhar-nos do facto de termos estado, desde o princípio a assistir a todos os fluxos migratórios que se têm vivido nos últimos anos, tendo conseguido ganhar uma voz juntos das entidades reguladoras e organismos públicos. Contribuímos, através do nosso conhecimento jurídico e do âmbito empresarial, para que os procedimentos legais no campo do Direito dos Estrangeiros fossem acompanhando as tendências e as necessidades que as propensões migratórias exigiam.

Como qualquer empresa que se move pela inovação e empreendimento, fomos sempre mudando a forma como fazíamos as coisas para estar a par-e-passo com a realidade migratória, mas a nossa razão de existir mantém-se e por isso continuamos a conseguir chegar às bocas do mundo.

É com muito orgulho e gratidão posso dizer que estamos de parabéns. Que venham mais anos na vanguarda das migrações!



Gilda Pereira
CEO Ei! Assessoria Migratória



CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS

A participação cívica e política da Diáspora portuguesa

em ano de eleições autárquicas

O ano 2021, é um ano particular para a Diáspora portuguesa e vejamos porquê.

Faz no presente ano 2021, 3 anos após a implementação e efectivação do alargamento do recenseamento eleitoral automático para os portugueses residentes no estrangeiro à semelhança do recenseamento aplicado em território nacional (existindo ainda a excepção dos portugueses detentores do bilhete de identidade). Este universo eleitoral passou de pouco mais de 300 000 pessoas para mais de 1,5 milhões de recenseados. Dando assim origem ao terceiro maior círculo eleitoral, logo após as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, com mais de 1,5 milhões de eleitores.

Faz este ano, 5 anos após a comemoração do dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas ser ele também celebrado pela primeira vez no estrangeiro, em Paris, junto da Diáspora portuguesa espalhada pelo Mundo. Este ano, 2021 deveria ter sido ele também o ano de eleições para o Conselho das Comunidades Portuguesas. Órgão consultivo do governo para questões relacionadas com a

emigração portuguesa e representativo das comunidades portuguesas residentes no estrangeiro, eleito através sufrágio universal.

Por fim neste mês de setembro 2021 terão lugar em Portugal as eleições autárquicas.

Por estes motivos podemos considerar que 2021 é um ano determinante no horizonte da política externa portuguesa, nomeadamente no que diz respeito às questões relacionadas com as comunidades portuguesas residentes no estrangeiro.

Eleições autárquicas e o papel das comunidades portuguesas

Neste mês de setembro 2021 haverá eleições autárquicas no nosso país. Relembro que já passaram 47 anos após a revolução dos Cravos, e os portugueses residentes e devidamente recenseados no estrangeiro continuam a ver-lhes negados um dos direitos mais fundamentais, que é o direito de voto nas eleições autárquicas. Estas eleições são de tal

forma importantes para as comunidades portuguesas, pois elas revestem um carácter de proximidade e estão associadas a um simbolismo ímpar de carinho para com os territórios de onde são naturais e, onde guardam fortes laços de afectividade nomeadamente familiar. Neste contexto não podemos esquecer o caso das regiões autónomas da Madeira e dos Açores em que a participação e o direito de voto dos seus filhos da terra residentes no estrangeiro, continua ela também a lhes ser negada. A visão ambígua do nosso país nesta matéria é tal, que um cidadão português residente no estrangeiro pode ser candidato e eleito nas eleições autárquicas, mas este cidadão não pode votar neste mesmo escrutínio.

A Democracia Portuguesa continua assim a tratar de forma desigual as cidadãs e os cidadãos nacionais, em função do seu local de residência.

É importante que as forças políticas e os diferentes candidatos às eleições autárquicas integrem nas suas listas compatriotas residentes no estrangeiro, e que nos seus programas incluam propostas, ideias e projectos com esta visão exterior, desinteressada e ambiciosa para os territórios. Este trabalho ao ser realizado em conjunto, será certamente mais profícuo para todos. Por forma a que seja assegurada uma representatividade nas diferentes Assembleias locais.

O poder local, autárquico constitui um nível de decisão de maior impacto para os portugueses residentes no estrangeiro que mantenham uma ligação afectiva, relacionamento pessoal, familiar, económica, empresarial, patrimonial ou simplesmente uma ligação de solo do território onde nasceu ou é natural.

Se pensarmos no exemplo patrimonial, qualquer pessoa que seja detentora dum imóvel paga IMI e todo um conjunto de impostos locais relacionados com os serviços públicos prestados como qualquer cidadão residente em Portugal. Os deveres contributivos são iguais neste caso, no entanto

a representação democrática não é equitativa e não está a ser salvaguardada da mesma forma.

Continuo convicto que a grande maioria dos territórios portugueses ainda não percebeu o potencial e a mais valia que a diáspora portuguesa pode oferecer e contribuir para o desenvolvimento dos territórios. Já nem evoco as remessas que são enviadas, os impostos locais que são cobrados, os investimentos empresariais que são efectuados por ou através da diáspora portuguesa, o contributo ao nível do consumo, do turismo, da hotelaria, do comércio, dos eventos, que estas centenas de milhares de portugueses dão à economia local e da revitalização de certos territórios portugueses, essencialmente durante os meses de verão.

No momento em que o sentimento de pertença à comunidade nacional é cada vez mais importante, não seria esta uma forma primordial e inteligente de reforçar a ligação das comunidades portuguesas com Portugal e os seus territórios de origem?

Vários países europeus concedem o direito de voto ou já o concederam no passado, este direito mais elementar de permitir a participação cívica e política dos seus cidadãos nacionais residentes no estrangeiro a serem eleitos e votarem nas eleições autárquicas. Como são o exemplo de Itália e França.

Relembro que Portugal possui mais de 2,5 milhões de cidadãos residentes no estrangeiro com direitos cívicos e políticos activos. Ou seja, cerca de 25% da população portuguesa reside no estrangeiro. Pelo peso, importância e laços de afectividade das comunidades portuguesas da diáspora na nossa sociedade, é importante que tenhamos uma atenção particular para com este universo de eleitores.

A Democracia constrói-se todos os dias e nós comunidade portuguesa residente além-fronteiras, continuaremos a lutar pelos direitos de todos os portugueses.

Não nos devemos esquecer que Portugal foi, é e será uma nação de emigração, repartida pelo mundo.



Rui Ribeiro Barata

Conselheiro das Comunidades Portuguesas

| ARTES E ARTISTAS LUSOS

Carlos Farinha



Nasceu em Santarém, Portugal. Possui Atelier em Lisboa. É licenciado em Artes Plásticas, vertente escultura, pela Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa.

Realiza e produz continuamente cenografias para o Festival de Banda Desenhada da Amadora desde o ano 1998. Foi co-fundador de “EPIPIderme, encontros à volta da Performance” em 2010 e pratica regularmente performances. Ganhou diversos prémios sendo o último, uma Menção Honrosa na “Bienal Internacional de Artes Plásticas da Marinha Grande”, em 2010.

Está representado em diversas coleções públicas e privadas.

Onde nasceu? Conte-nos um pouco da sua ligação à emigração.

Nasci em Santarém em 1971, mas passados poucos meses, a minha mãe comigo ao colo e a dar a mão à minha irmã de 1 ano e meio deu “o salto” para se juntar ao meu pai que se encontrava numa aldeia no norte de França. Passei quatorze anos em França e no mês de agosto vínhamos sempre a Portugal. Viajávamos de carro com reboque e ainda me recordo bem das várias peripécias que vivemos. Dos engarrafamentos até à guarda civil armada com metralhadoras e sobretudo, das avarias. Na altura ainda não pertencíamos à União Europeia e passar a fronteira era algo de muito especial.

Em casa era estimulado a pintar?

Lembra-se da primeira vez que pintou?

A minha família nunca se opôs e apoiou-me em todas as minhas decisões. Realmente a minha relação com a pintura, foi muito particular embora tivesse um familiar artista. Ribeiro Farinha, um homem que lutou muito e que adoro a sua pintura. Foi o facto de voltar para Portugal que me fez pintar. Tinha alguns problemas de comunicação e era através da pintura que me sentia bem e comunicava. Pintava com tudo, em todo o tipo de suporte, até usei corantes alimentares e rímel.

Que pintores o inspiram? E escritores?

Gosto muito de artistas que de alguma forma marcaram a sua época, Goya, Picasso, e outros tantos e tão bons..., mas sobretudo gosto da irreverência do

Duchamp e da práxis utópica do Joseph Beuys.

Enquanto escritores vários me marcaram consoante a época que vivia mas, sobretudo autores franceses Péric, Beaudelaire, Vian, etc. Portugueses admiro o Eça de Queiroz.





Mas tinha muito para escrever sobre influências que vão desde Mandela, Mujica ou Gandhi. Adoro história e sobretudo, perceber o contexto de cada época para perceber a forma como as sociedades evoluíram.

Tendo formação académica em Escultura, porque se expressa mais na Pintura?

Bem, a Pintura começa muito antes da Escultura e sinceramente não me sentia bem na Faculdade de Belas Artes em Pintura. Achei que estudar Escultura permitiria compreender melhor o peso das coisas e a sua tridimensionalidade.

Qual o peso que tem França na sua arte?

Muita égalité, fraternité, liberté. Valores que sempre segui e que fazem parte do meu ADN.



A sua pintura está também repleta de ícones portugueses. O porquê deste uso constante?

Sou fã de história e não só. Vou fazer uma confidência. O pedagogo Paulo Freire, tem uma grande importância na forma como vejo o mundo e escolho o que pinto. A estética e a ética foram elementos que me forjaram a criar uma narrativa que permite uma transversalidade de leitura do meu trabalho. Porque a minha paixão são as pessoas.

Que povo português é este que se diferencia de todos os outros?

Quem usa um poeta como a sua maior referência, é desde logo um sinal de diferenciação. Espero que continuemos a perceber que a língua, a cultura e a viagem fazem parte da nossa definição. Não a glorificação de uma pseudo-identidade cultural criada através de um super-homem que é o português.



Qual é o seu maior sonho?

Poder continuar a dar (pessoalmente) e sermos seres livres e íntegros.

Uma mensagem para todos os artistas do mundo.

Não tenho muito a dizer , cada pessoa é um mundo e um caso , mas essencialmente sejam vocês próprios.



Terry Costa
Presidente do Conselho Cultural da AILD

A M B I E N T E

Sustentabilidade ambiental

Um compromisso para o futuro!

Quando respondemos às necessidades do presente sem comprometermos as das gerações futuras, estamos a falar de sustentabilidade, ou seja, utilizar algo sem que se esgote a possibilidade do seu uso por terceiros.

Se à “sustentabilidade” somamos o “ambiente”, aí estamos a falar de “sustentabilidade ambiental” – um termo usado até à exaustão por determinadas empresas exploradoras, em claras tentativas de branqueamento de actividades pouco cuidadosas em termos ambientais e sociais. A sustentabilidade ambiental vai muito além das palavras repetidas por essas empresas

como um mantra ou apregoada, em jeito de propaganda, como um bónus extra oferecido por elas como contrapartida para atingirem os seus objectivos. A sustentabilidade ambiental deve estar inerente à acção diária empresarial e deve integrar a missão e os valores das empresas.

Tomemos como exemplo as empresas proprietárias ou interessadas nas explorações mineiras a céu aberto, que são exemplos paradigmáticos da utilização abusiva do termo “sustentabilidade ambiental”. Apesar das empresas insistirem que os seus projectos se baseiam na “responsabilidade social” e na “sustentabilidade ambiental” a realidade desmonta esses argumentos. Elevados consumos de água, destruição de habitats, contaminação de rios e lençóis freáticos, explosões constantes, poluição do ar, poluição sonora, alterações da paisagem, más condições laborais, são apenas alguns dos malefícios dessas indústrias.

Quando permitimos a rápida delapidação dos recursos na-

turais, a proliferação da pobreza, das desigualdades sociais e a falta de ética de empresas exploradoras, estamos a negar às gerações futuras, a qualidade de vida e as oportunidades que temos na nossa geração.

O desenvolvimento económico à custa da saúde das populações, das desigualdades sociais e da destruição ambiental não é desejável, nem aceitável, muito menos deve ser descrito como sustentável.

A sustentabilidade ambiental não é, ou não deveria ser, uma moda, nem uma conjugação de palavras bonitas, encaixadas à pressão na engrenagem de uma economia “dita” verde. Está muito para além disso! Quando usada de acordo com princípios éticos e de respeito pelo ambiente e pelas pessoas, consegue-se atingir a eficiência nos negócios, num desejável equilíbrio com os ecossistemas. Desse modo, assegura-se uma melhor gestão dos recursos do planeta.





Os três pilares da sustentabilidade assentam em três dimensões: a ambiental, anteriormente referida; a social e a económica. Todas devem estar interligadas, só assim haverá uma prosperidade sustentada e duradoura.

Foi na década de 80 do século passado que o termo “desenvolvimento sustentável” começou a ter uma maior relevância, numa abordagem sobre a importância de haver desenvolvimento e crescimento sem que haja a extinção dos recursos naturais. Em termos históricos existe uma ligação intrínseca entre a sustentabilidade e a luta pela justiça social. Actualmente, a sustentabilidade é uma peça chave na estratégia das empresas, devido à crescente exigência dos consumidores/clientes, investidores e entidades reguladoras. Apostar na sustentabilidade ambiental é um factor de diferenciação positiva perante a concorrência.

A Agenda 2030 da ONU que se centra nos “Objectivos para um Desenvolvimento Sustentável” refere que as pessoas estão cada vez mais conscientes e comprometidas com a defesa e preservação dos ecossistemas e empenhadas num futuro mais sustentável e transpõem essas exigências para os seus padrões de consumo.

A CMMAD (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento) criada pela ONU diz que só há sustentabilidade ambiental se não existirem riscos para os elementos

naturais que sustentam a integridade global do ecossistema, que são a qualidade do ar, dos solos, das águas e dos seres vivos.

Por seu lado, a Agenda 21, promovida pela União Europeia, refere-se à sustentabilidade ambiental como “a relação sustentável entre padrões de consumo e produção em termos energéticos, de maneira que sejam reduzidas, ao mínimo, as pressões ambientais, o esgotamento dos recursos naturais e a poluição”.

Segundo a Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável, a sustentabilidade pressupõe “a preocupação não só com o presente mas com a qualidade de vida das gerações futuras, protegendo recursos vitais, incrementando factores de coesão social e equidade, garantindo um crescimento económico amigo do ambiente e das pessoas”.

Através de medidas de mitigação e práticas eco responsáveis é possível diminuir os impactes da acção humana no planeta. Algumas dessas medidas passam pela redução do uso dos recursos, poupança energética, remodelação de equipamentos com melhores classes energéticas, tratamento de resíduos (separação do lixo, reciclagem, reutilização de embalagens), redução de utilização de produtos químicos, consumo de produtos naturais, hortas comunitárias, a utili-



zação de bicicletas e transportes colectivos, entre outras. Apesar de reconhecermos que a acção do homem no ambiente acaba por modificá-lo, a harmonia entre os dois é fundamental para que não haja prejuízos consideráveis para nenhuma das partes.

A sobrevivência humana no planeta Terra está dependente do uso de vários recursos naturais, daí a necessidade premente em os usarmos com parcimónia e de um modo sustentável. A um estilo de vida saudável podemos juntar um estilo de vida sustentável, mais virado para um modelo de consumo baseado no decrescimento. A adopção de práticas diárias amigas do ambiente beneficia a todos, aportando benefícios a médio e longo prazo.

A industrialização, as mudanças climáticas e o rápido aumento da população mundial têm contribuído para im-

pulsionar a consciência ambiental a nível global.

Urge uma tomada de consciência ecológica sobre o carácter finito desses mesmos recursos. As escolas têm um papel fundamental no desenvolvimento desta tomada de consciência colectiva. A sustentabilidade ambiental é responsabilidade de todos. Mantendo o ritmo de consumo actual não haverá garantia de disponibilidade de recursos para os vindouros.

A preservação dos valores ambientais é de tal forma tão básica que não deveria ser necessário utilizar grandes argumentos para a defender. O empenho consciente das pessoas na sua defesa é fundamental. O caminho para a sustentabilidade faz-se a cada dia, a cada passo. Há pequenos passos que não mudam o mundo, mas ajudam, seguramente, a torná-lo num melhor lugar para viver!



Vítor Afonso
Mestre em TIC

Casa branca

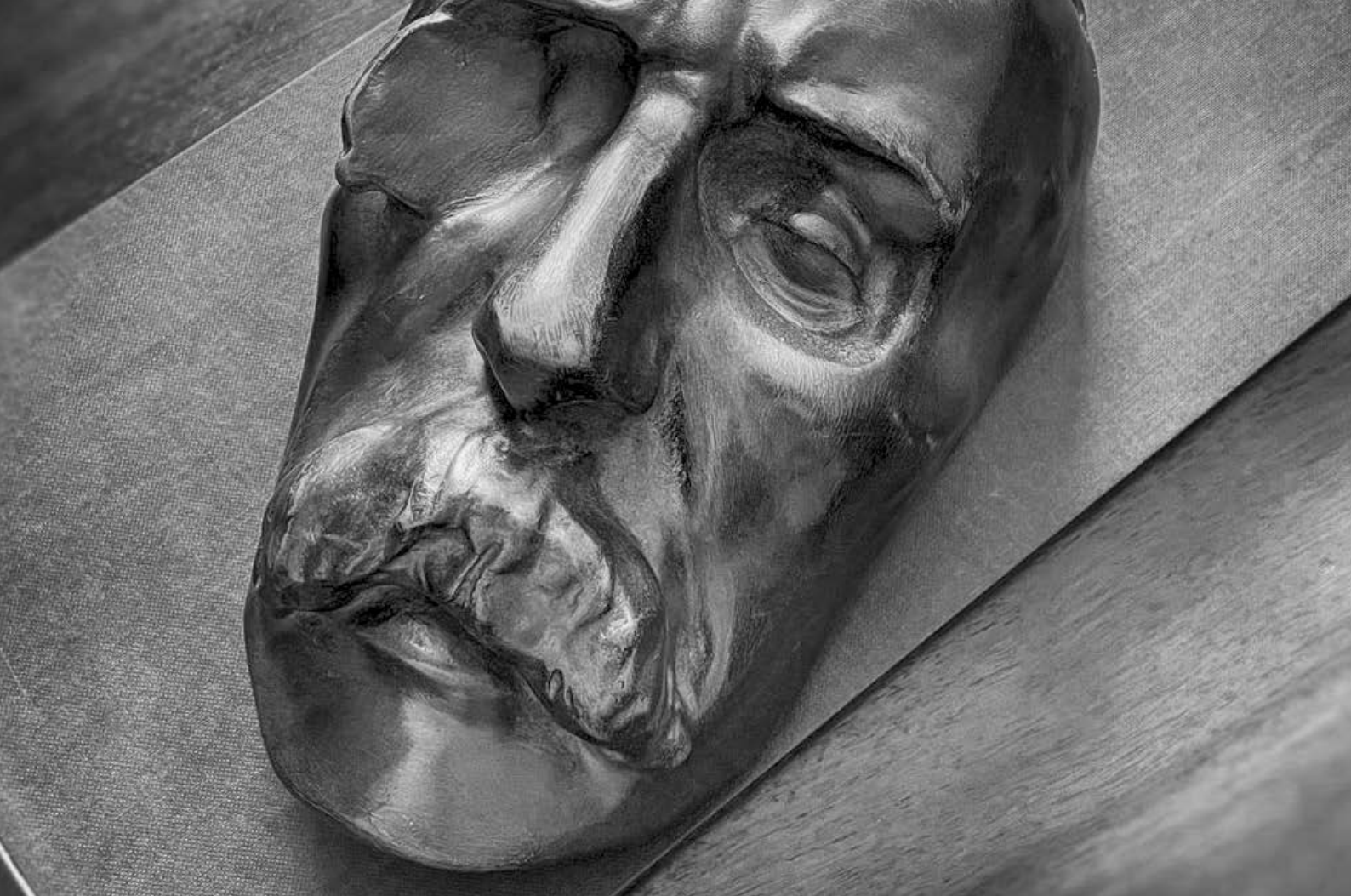
*Casa branca em frente ao mar enorme,
Com o teu jardim de areia e flores marinhas
E o teu silêncio intacto em que dorme
O milagre das coisas que eram minhas.*

... ..

*A ti eu voltarei após o incerto
Calor de tantos gestos recebidos
Passados os tumultos e o deserto
Beijados os fantasmas, percorridos
Os murmúrios da terra indefinida.*

*Em ti renascerei num mundo meu
E a redenção virá nas tuas linhas
Onde nenhuma coisa se perdeu
Do milagre das coisas que eram minhas.*

Sophia de Mello Breyner Andersen



LITERATURA PORTUGUESA

Eça de Queiroz II Parte

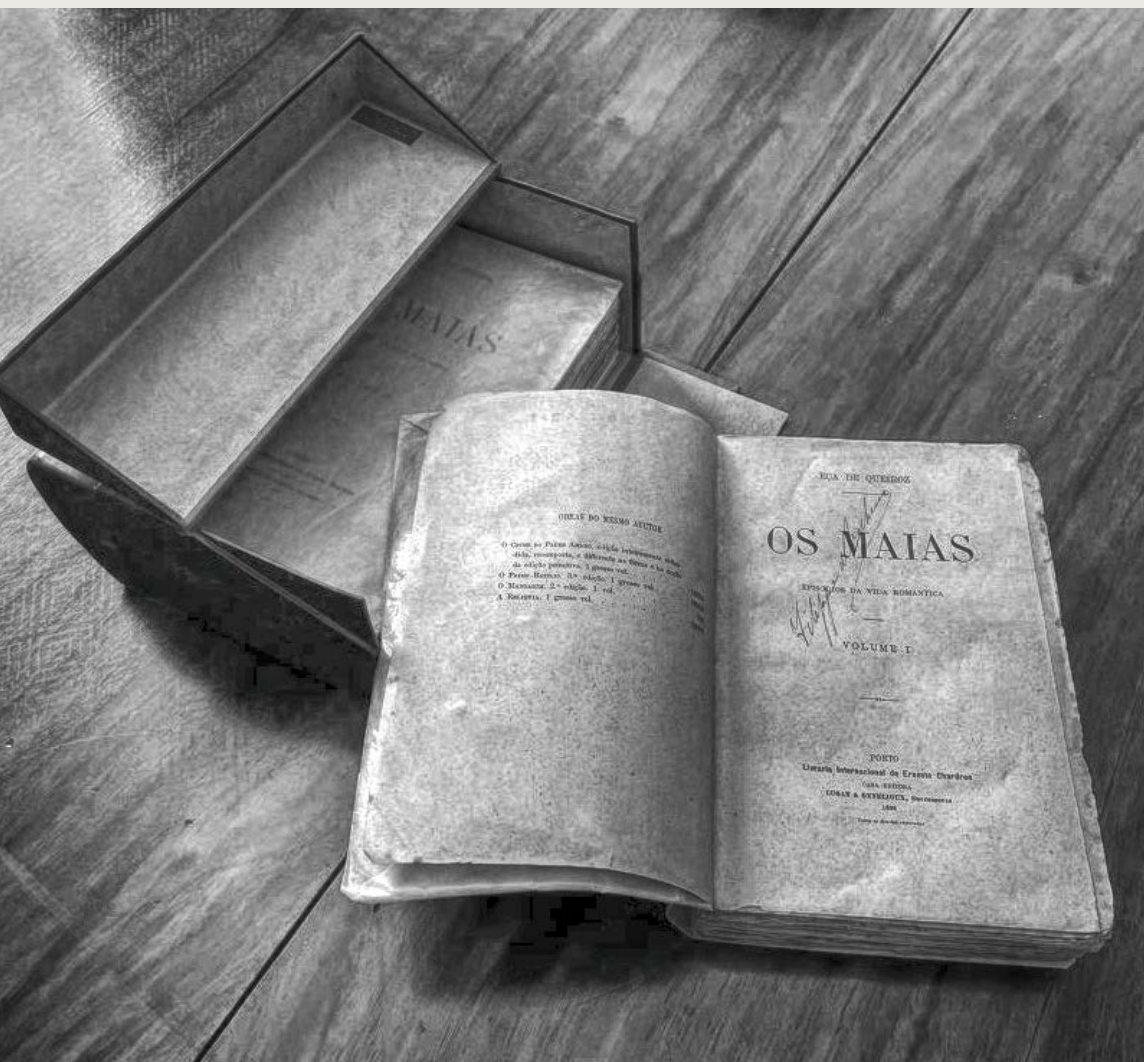
Do mais “alto lugar” queirosiano. Entre a ficção e a realidade

Tudo, neste lugar, nos fala de tudo. E se o elemento mais emblemático é a própria secretária, onde Eça escrevia de pé, lembro aqui, uma pequena estatueta, sobre o fogão da sala de estar, a que, apesar dos pés trocados – história curiosa! – do escultor Silva Gomes, dizem melhor representar o escritor, remetendo-nos para outros retratos, gravuras, caricaturas de Bordalo Pinheiro, ou para as palavras do seu, já citado, amigo Batalha Reis:

“Uma noite, junto da mesa onde escrevia o Severo, vi uma figura muito magra, muito esguia, muito encurvada, de

pescoço muito alto, cabeça pequena e aguda que se mostrava inteiramente desenhada a preto intenso e amarelo desmaiado.

Cobria-a uma sobre casaca preta abotoada até ao mento, uma gravata alta e preta, umas calças pretas. Tinha as faces lívidas, magríssimas, o cabelo corredio muito preto, de que se destacava uma madeixa triangular, ondulante, na testa pálida que parecia estreita, sobre os olhos cobertos por lunetas fumadas, de aros muito grossos e muito negros. Um bigode farto, e também muito preto, caía aos lados da boca larga entreaberta onde brilhavam dentes



brancos. As mãos longas, de dedos finíssimos e cor de marfim velho, na extremidade de dois magros e longuíssimos braços, faziam gestos desusados com uma badine muito delgada e um chapéu de copa alta e cônica, mas de feltro baço, como os chapéus do século XVI nos retratos do duque de Alba, de Filipe II de Espanha, ou de Henrique III de França.

Era o Eça de Queiroz.

Contava o que quer que fosse a um tempo

trágico e cómico, nervosamente, dando a espaços gargalhadas – ricanements, como se diria em francês – curtas, e sinistras”.

Passado já mais de um século, desde que, em 16 de agosto de 1900, faleceu em Paris, onde desempenhava as funções de Cônsul de Portugal, permanece a curiosidade de biógrafos e leitores do homem, assim retratado sobre a sua vida, desde o nascimento. Fosse por modéstia, fosse por outras razões, mos-



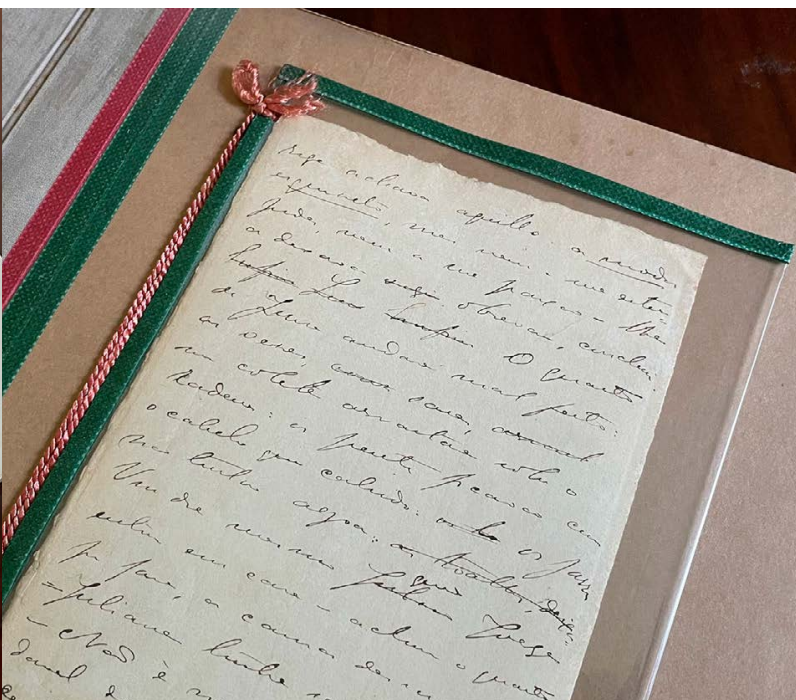
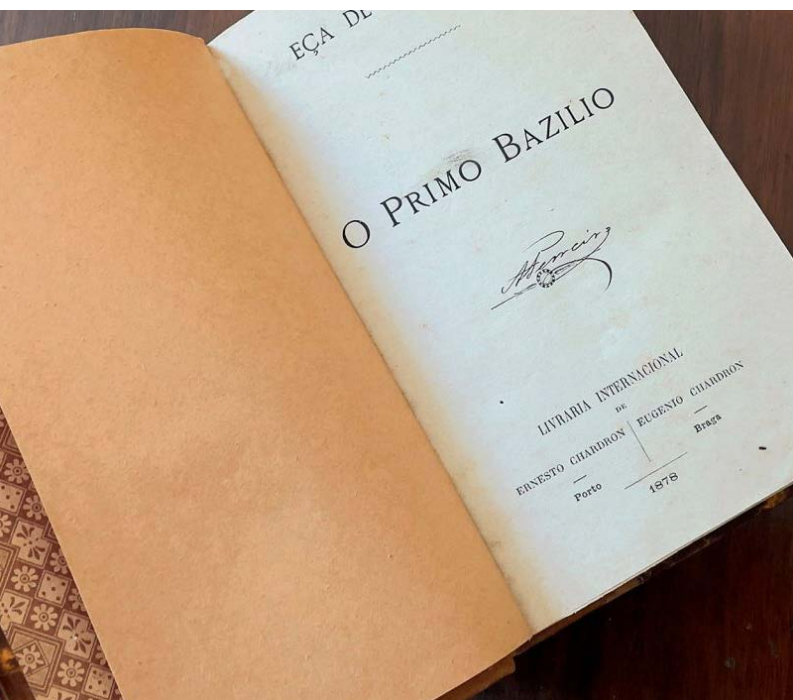
trou-se ele, avesso a que lhe escrevessem a biografia, com diferentes alegações, “Eu não tenho história, sou como a República do Vale de Andorra”. Ou, simplesmente, ironizando com Pinheiro Chagas, «Mas que diabo! Você é um poeta, um orador, um lutador – e eu sou apenas um pobre homem da Póvoa de Varzim”.

Noutra ocasião, refere, em carta a Oliveira Martins (1884), “...Filho de Aveiro, educado na Costa Nova...”, considerada esta, mais tarde (1893) “um dos mais deliciosos pontos do globo”.

E vem isto também a propósito da coincidência de podermos, agora, observar, na sua Casa de Tormes, o retrato do seu avô paterno, no local onde se encontra o mobiliário do seu quarto de dormir: o conselheiro Joaquim José de Queiroz, de Verde-milho, Aveiro, onde passou a maior parte da infância.

De facto, nascido na Póvoa de Varzim, em 25 de novembro de 1845, batizado e registado em Vila do Conde, foi em casa dos seus avós paternos que “nasceu” para o aconchego de um lar que lhe deixou boas memórias de um grande afeto do quotidiano familiar.

E não é preciso – até porque seguramente discutível – invocar a caracterização altamente abonatória, no que aos valores e ao retrato afetuoso do avô do herói de uma das suas obras maiores, Afonso da Maia, na sua Quinta de Santa Olávia – aqui mesmo à nossa frente – em Resende, para dar notícia de que a família de sua mulher, além de diversas propriedades a norte do Douro e no Alentejo, tinha património nesta vila – a “Vila Clara” da “Ilustre Casa de Ramires”. Para ali se deslocava, com frequência, à atual Quinta do Paço (e porque não Santa Olávia?), a filha do escritor, Ma-



ria d'Eça, a ocupar-se de assuntos com os caseiros e com as rendas que pagava à sua própria mãe, Emília de Castro, filha dos Condes de Resende, esposa de Eça. A mesma filha que, primeiro, tornou Vila Nova habitável.

De resto, tendo o escritor viajado, ao que se diz, pela primeira vez, à sua Casa de Vila Nova (Tormes), em maio de 1892, como seria possível conhecer tantos outros lugares na outra margem, pelas encostas do Montemuro, como a paróquia de "Feirão", por onde começou, muitos anos antes! – as três versões de "O Crime do Padre Amaro", da dita "segunda fase"? Ou "Oliveira"? Ou "Craquede"? Ou "Ramires", freguesia de Cinfães do Douro, em frente da "Torre da Lagariça"? Não será indiferente o facto de, independentemente, do casamento com a herdeira dos "Resendes", muitos anos depois, os seus companheiros mais próximos, de infância e de juventude, tinham sido os irmãos Manuel e Luís, com o primeiro dos quais, viria, aliás, a conhecer o Oriente, por convite à inauguração do Canal do Suez.

Perguntas, aquelas, de aparente pouco interesse para quem poderia esperar aqui um "resumo" biográfico, ou uma qual-

quer avaliação literária da obra que acaba de ver reconhecido "oficialmente" ao autor dos títulos citados e de muitos outros de uma produção escrita intensa, para quem viveu até aos cinquenta e quatro anos, um lugar ao lado de Camões e de Pessoa.

A abertura ao público, por estes dias, na "Casa" ao lado deste restaurante, da maior "Biblioteca Queirosiana" oferecida por um dos seus mais conhecidos admiradores de sempre, Santos Ferro, poderá dar uma achega para o que verdadeiramente confesso pretender: uma visita ao lugar onde podemos sentir a presença muito próxima da memória do escritor. A uma região que liga três espaços elevados a "Património da Humanidade", a que vamos chamando "Douro Verde", no grande Vale do Douro.

Acima de tudo, um convite à leitura dos textos de quem, bacharel em Direito, foi, primeiro, jornalista de profissão, e diplomata, com grande conhecimento e sensibilidade social aos problemas da emigração, e de quem vamos continuando a descobrir, permanentemente, novos motivos de grande atualidade.



Manuel Pereira Cardoso
Conselho Cultural da Fundação Eça de Queiroz

| SAÚDE E BEM ESTAR

A Nova Face do Burnout



As mudanças ocorridas no mundo do trabalho tem levado a um aumento considerável dos riscos psicossociais com forte impacto na sua saúde física e psicológica, pois por razões tecnológicas, de migração e outras, o ambiente laboral tem sido reformatado integrando formas atípicas. Existem agora múltiplas modalidades que tornam as relações

laborais menos seguras. A síndrome de burnout é um distúrbio psíquico causado pela exaustão extrema. Também denominada esgotamento profissional.

Esta síndrome, que afeta quase todas as facetas da vida de um indivíduo, é consequência do aumento da carga e do ritmo das suas tarefas/funções, das transformações so-

cioeconômicas, dos contratos precários que provocam aumento de incerteza, enfim, da instabilidade laboral.

Mas a maior causa do desencadeamento dessa síndrome é, por certo, o excesso de trabalho e responsabilidades que gera, falta de energia e eficácia, ansiedade, declínio cognitivo e doenças psicossomáticas.



Que fatores de risco existem?

Este excesso de tensão emocional é comum em profissionais que trabalham sob pressão, circunstância bem comum pois estudos recentes assinalam que 24% dos trabalhadores são afetados. Com as trajetórias profissionais menos lineares, registam-se novos distúrbios, novas doenças e cada vez mais acidentes em contexto laboral. Estima-se 2,78 milhões de mortes atribuídas diretamente ao trabalho por ano, o que representa pelo menos 5% das mortes globais. Existem primeiramente causas mais diretas como fontes de esgotamento típicas da atividade profissional como a relação com os clientes, realização pessoal, falta de apoio por parte

dos colegas e superiores. Existem fatores organizacionais como a elevada carga de tarefas, o desajustamento entre os objetivos ou o isolamento, e por último, fatores de ordem pessoal. Uma vez retirada da situação que induz essa exaustão o colaborador melhora ou pode mesmo recuperar, em função do diagnóstico e tratamento realizado pelo psicólogo/psiquiatra. Segundo a Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Trabalho, o stress laboral afeta mais de 44 milhões de colaboradores, estimando que as perdas de qualidade no trabalho, absentismo e turnover resultante do stress variam entre 3,5% e 5% do PIB nos países industrializados (dados de 2015).

Um inquérito conduzido antes da pandemia pela DECO proteste 31% dos 1146 inquiridos estavam em situação de stress profissional. Situação essa já considerada como um diagnóstico clínico ainda que apenas aplicável ao contexto profissional. Dois anos antes, Em 2016 afetava apenas 17% das pessoas ativas em Portugal (dados da Associação de Psicologia e Saúde Ocupacional).

Os trabalhadores com maior risco são os mais insatisfeitos e com pouco apoio dos superiores hierárquicos.

Burnout em Tempos de Pandemia

À medida que a Covid-19 se espalhou, as organizações foram forçadas a adotar o teletrabalho. Mas na verdade



ninguém estava preparado para uma mudança tão rápida. Mais de um ano de pandemia podemos afirmar que o teletrabalho é, para muitos, uma realidade cada vez mais evidente.

Experimentamos através deste confinamento que trabalhar a partir de casa requer uma organização e autodisciplina próprias para enfrentar esta nova realidade. Várias reuniões virtuais, inúmeras mensagens no WhatsApp, caixa de email superlotada, horários confusos etc. A sua falta induziu ao crescimento expressivo de dificuldades ocupacionais, uma vez que incita maior pressão e quantidade de trabalho. Quando damos por nós, estamos sempre conectados ao trabalho: respondemos a emails invadindo o tempo de descanso. As pessoas acabam por trabalhar bem mais e isoladas, tornando-se mais frias e distantes. Nas mais diversas áreas e sectores não só prazos desmedidos e excesso de trabalho tem conduzido ao esgotamento mas também a falta de limites entre a vida profissional e pessoal.

Se antes da pandemia os profissionais já manifestavam elevados sintomas de exaustão e, consequentemente, uma

quebra significativa de produtividade, imaginem agora perante um confinamento marcado pela incerteza e restrições sociais.

Se por um lado o teletrabalho diligenciou o ganho do tempo de deslocamento, o conforto de segurança e outros benefícios, por outro lado, a rotina ficou confusa quer para gestores quer para funcionários induzindo as diferentes exigências a se desordenarem, reduzindo a qualidade. Embora os recursos eletrónicos possibilitem um maior e constante contacto a eficácia da comunicação presencial é insuperável. Importa encontrar soluções inovadoras.

Prevenção

As intervenções para prevenir e tratar esta síndrome indicam a necessidade de implementar medidas organizacionais e individuais de comunicação assertiva devendo incluir formação contínua e ainda a aprendizagem de estratégias de coping.

O exercício físico proporciona sensação de alívio da ansiedade, à medida que ajuda o corpo a liberar endorfinas. Alimentação adequada também é importante para prevenir a



síndrome assim como não saltar refeições e ter um espaço para trabalhar ajuda a separar a vida profissional da vida pessoal.

Por último, motivar o trabalhador para que reorganize os seus horários e deixe um tempo frequente para outros momentos. Estar com a família e pessoas próximas. É importante manter rotinas, repor a energia criando limites. Em 2016 um estudo da OMS conclui que por cada dólar investido em saúde mental quatro retornam em produtividade e satisfação no trabalho.

O mundo mudou e agora o trabalho remoto, à distância, adotado na pandemia está para ficar regime de teletrabalho o que pode representar um risco a longo prazo. É preciso desconstruir com o profissional a cobrança excessiva para consigo mesmo, afinal não somos máquinas. É preciso saber diagnosticar precocemente para investir em tratamento.

O afastamento do ambiente laboral também pode ser considerado em caso de intensa gravidade da síndrome pois saúde mental esta relacionada com o contexto sociocultural em que vivemos, implicados pela natureza do Homem. Afinal o que nos torna humanos saudáveis é conseguirmos lidar com as vicissitudes da vida as quais não nos é possível escapar.

Sobre o tempo atual, tão bem retratado por este fenómeno pandémico, devemos refletir sobre as marcas da contemporaneidade. A incerteza e o imperativo do presente embebido em conflitos e perturbações. Não podemos ficar na expectativa de que as coisas voltem ao normal, como eram dantes. Importa viver para que o futuro se construa dentro do novo. Já no final da sua vida perante a pergunta:

– Para que serve a psicanálise?

Sigmund Freud respondeu:

– Permite ao Homem amar e trabalhar.



Gonçalo Sampaio e Melo
Psicólogo

| COM LUPA: CÁ DENTRO

Uma viagem por recantos portugueses



Uma proposta de roteiro para se arriscar pela Serra da Boneca, repousar na Praia do Castelo e namorar na Ilha dos Amores

Serra da Boneca

Situada na Freguesia de Sebolido, em Penafiel, encontrará uma das mais fenomenais serras que tornam esta região tão especial.

Se gosta de percorrer trilhos e disfrutar de vistas de tirar o fôlego, este local é de visita obrigatória para si, já que conta, com trilhos, um miradouro e um baloiço!

A não ser que sofra com vertigens, não precisa de se preocupar com o caminho pela mesma, já que esta se encontra

perfeitamente equipada com cordas que lhe garantem a segurança necessária e que o auxiliam nas subidas e nas descidas. Além disso, não corre nenhum risco de se perder, pois a serra possui sinalizações que tornam a sua visita extremamente prática.

Como o percurso é composto por caminhos de terra, rochas e degraus em madeira, aconselho a que leve um calçado e roupa confortável, para que possa ter uma experiência agradável pelo trilho.



Outro aspeto que deve ter em conta é a meteorologia, uma vez que nesta altura do ano em Sebolido as temperaturas costumam ser relativamente altas, por isso leve chapéu, protetor solar, água e açúcar (o percurso tem cerca de um quilómetro portanto não convém arriscar, quebras de tensão com o calor são comuns, por isso previna-se).

E, atenção! O percurso é exclusivamente para pedestres, por isso não traga a sua bicicleta ou a sua moto para aqui! Chegando ao miradouro, poderá ter uma vista belíssima sobre o rio Douro que sem dúvida o irá deixar relaxado depois do seu caminho pelo trilho. Trata-se de uma estrutura moderna em madeira perfeitamente localizada para que possa vislumbrar uma incrível paisagem.

Agora, prepare-se para subir de novo e alcançará o famoso Baloço da Boneca. Na verdade, este é já o segundo baloço,

uma vez que o primeiro foi retirado pela sua proximidade ao parque eólico existente. Assim aqui pode ter a experiência de andar de baloço com um cenário inesquecível e partilhar nas suas redes sociais um verdadeiro momento mágico de contacto com a Natureza.

Praia do Castelo

Chegou agora o momento de repouso para recarregar as suas baterias, na sossegada Praia do Castelo. Como se trata de uma zona ainda desconhecida por muitos, acaba por proporcionar uma paz indescritível, por isso, se está à procura de momentos calmos, nesta praia vai poder tê-los. Aqui pode deitar-se tranquilamente a ler um livro, fazer piqueniques com a sua família, brincar com os seus animais (já que estes são permitidos) ou observar as famí-

lias de patos que repousam na água (os patos já se encontram habituados à presença dos turistas e moradores, mas nem por isso deve-se tentar chegar perto dos mesmos, nade e disfrute do rio, respeitando sempre os animais que aqui se encontram).

Se não veio preparado para um piquenique ou quer experimentar a comida da região, tem o Bar do Rio, que se encontra nesta mesma praia e funciona todo o ano. Os preços são acessíveis, conta com refeições leves, esplanada e Wi-Fi gratuito, além de um excelente serviço e ambiente. De destaque também para a música ao vivo, que é comum neste espaço, com diferentes artistas convidados!

Se por outro lado, quer ter momentos mais enérgicos nesta praia, pode disfrutar de uma piscina ao ar livre e de inúmeras experiências radicais com motas de água e kayaks por exemplo.

Ilha dos Amores

Na foz do rio Paiva junto à sua confluência com o rio Douro encontra-se a Ilha da Foz do Paiva, conhecida como a Ilha dos Amores.

Assim é chamada por causa da lenda que por aqui se conta de um amor proibido entre um jovem lavrador e uma fidalga de sangue azul. O amor que os dois viviam foi mantido até ao momento em que um nobre pediu a mão da jovem

em casamento e o pai da mesma aceitou (os casamentos por conveniência eram comuns nessa época). Quando o lavrador descobriu a notícia, num ato de loucura, ao avistar o nobre a passear junto ao rio Douro, matou-o e atirou o corpo ao rio. Porém, com medo que o descobrissem, já que seria o primeiro suspeito do homicídio, escondeu-se na pequena ilha deserta. Lá, passado algum tempo, começou a pensar num plano para raptar a sua amada e levá-la consigo para a ilha. No entanto, quando estes atravessavam o rio, formou-se uma tempestade que fez com que o rio engolisse a barca na qual o casal se encontrava. Diz-se que terá sido o espírito do nobre a vingar a sua morte.

O acesso à mesma era feito através do areal que ligava a ilha à margem direita do rio Paiva, até que a albufeira da Barragem de Crestuma-Lever submergiu permanentemente a sua ligação a terra, o que leva a que atualmente a acessibilidade seja feita apenas através de barco ou para os mais aventureiros e desportistas, a nado.

Pedindo informações no Bar do Rio, conseguirá um contacto para marcar a sua ida entre a Praia do Castelo e a Ilha dos Amores através de uma embarcação turística, por apenas 2,5€. E, não se preocupe, o tempo de espera é reduzido, pelo que rapidamente pode deslocar-se até à ilha. A visita compensa imenso, mesmo que venha até ela sozinho, já que a ilha possui uma vasta fauna e flora!





Como chegar

Para chegar à Serra da Boneca, vindo do Porto, apanhe a A43 e um pequeno troço da A41 até Broalhos, a partir daí segue pela N108 até Sebolido. Se vier de Lisboa, apanhe a A1 e siga exatamente o mesmo trajeto que para o Porto, a A41 até Broalhos e a N108 até Sebolido.

No que toca ao estacionamento não se preocupe, porque consegue arranjar facilmente na Junta de Freguesia de Sebolido, partindo de lá até à Serra a pé.

Na transição para a Praia do Castelo, basta entrar novamente na N108.

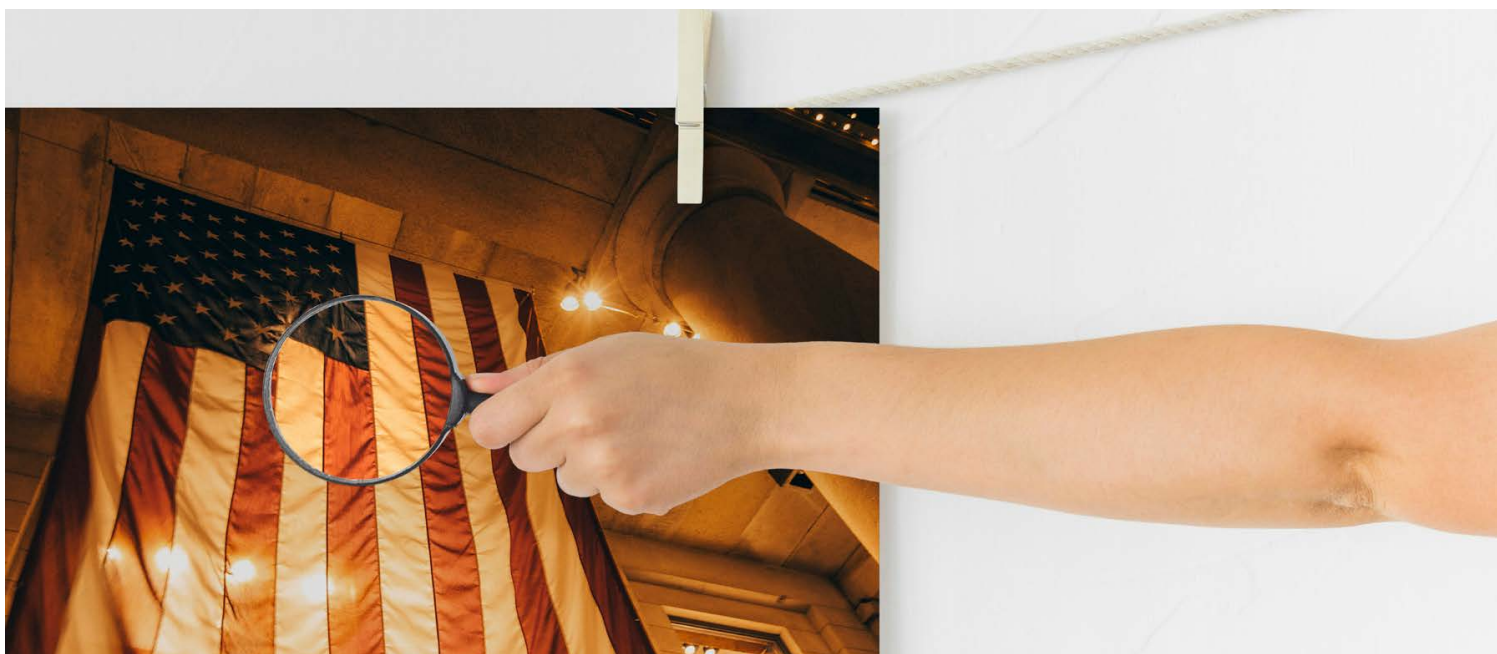


Fatinha Pinheiro
Geógrafa

| COM LUPA: LÁ FORA

Boston. O Berço da Liberdade

Do Sonho ao American Dream



Cruzamos o oceano Atlântico rumo a terras de “Tio Sam”, o nosso destino é a cidade encantadora de Boston. A sua localização privilegiada, a norte da cosmopolita Nova York, faz desta metrópole uma das mais importantes dos Estados Unidos da América. A cidade de Boston, capital do estado Massachusetts, conta com cerca de 6 milhões de habitantes.

Conhecer Boston pressupõe uma viagem à sua recente história. Fundada em 1630 por colonos, tornou-se à época o maior centro cultural da América Anglo-saxónica. A fundação de Boston beneficiou em muito da sua enseada/baía natural o que a tornava num porto marítimo de excelência. A disputa

pelo controlo da região entre Espanha, Inglaterra e França, desempenhou um papel preponderante na história da cidade, assim como na origem dos Estados Unidos da América. A coroa Inglesa de forma perspicaz assumiu o controlo de Boston em 1684, assumindo o controlo das rotas de Escravos, Melão, Linho e Chã. Todos estes bens de alto-valor eram bastante apreciados em terras de sua Majestade, exercendo uma pressão sobre os colonos que se viam sujeitos a altos impostos, que serviam para financiar o Império Britânico.

A resistência contra a Coroa Inglesa crescia a cada dia, e em 1768, John Dickinson escrevia a primeira canção patriótica

ca dos Estados Unidos, a Liberty Song. Na época, os colonos começaram numa primeira fase a boicotar todos os produtos ingleses. Posteriormente, o ano de 1773 fica marcado pela grande insurgência dos colonos de Boston, conhecida como Boston Tea Party. Um grupo de colonos insurgentes e descontentes com a opressão Britânica, invadiram um conjunto de embarcações, e em protesto despejaram a sua carga (essencialmente chá) na Baía. Este movimento repetiu-se um pouco pelas 250 cidades controladas pelos Britânicos, tornando estes colonos de Boston, como os primeiros impulsionadores da Independência Americana. Como resposta à insurgência, o governo inglês puniu severamente os habitantes da cidade, encerrando o porto da cidade e decretando uma espécie de governo militar. Não se deixando abalar por tamanha repressão, as 13 colónias portuárias compreendidas entre Massachusetts e Geórgia, acabariam por declarar a independência, o que se traduziu numa guerra conhecida como Guerra da Independência Americana. Apenas a 3 de setembro de 1783, foi assinado o “Tratado de Paris”, no qual o Reino Unido reconhece a soberania Americana.

Boston é uma cidade portuária encaixada no rio Charles, com

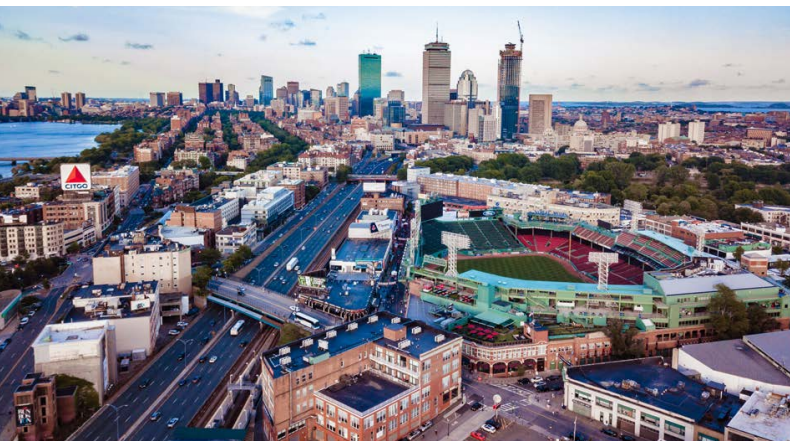
um passado virado para o comércio mercantil e para a emigração, no qual incluí-se a comunidade portuguesa. A visita pela cidade tem início no roteiro apelidado de Freedom Trail. Esta rota, percorre os principais pontos turísticos da cidade, com início no parque Boston Common, onde é possível contemplar a imponência do «Massachusetts State House». Os jardins de Boston Common servem de ponto partida para quase todas as excursões, entre postos de Informação, guias e autocarros do tipo Audio-Tour.

Massachusetts State House

Edifício construído no ano de 1788, no cume de Beacon Hill. Reconhecida pela sua cúpula dourada, simboliza aquilo que os colonos encontraram ao desembarcar em Plymouth Rock. Atualmente usado como sede do governo do estado de Massachusetts.

Newbury Street

Uma das principais artérias da cidade Boston. Aproveite as ruas para passear e realizar compras. Ao longo da avenida, encontramos as mais luxuosas lojas, sendo de realçar que esta avenida e suas travessas ganham vida durante a noite, com a existência de diversos bares.





Universidade de Harvard

Boston destaca-se como sendo um dos principais polos educacionais dos Estados Unidos da América. Com recurso ao metro, é possível aceder à universidade de Harvard através da sua praça principal. Para o viajante mais distraído falamos de uma das instituições mais antigas e reconhecidas do mundo. Destaco alguns nomes bem conhecidos de todos nós, Bill Gates, Mark Zuckerberg, John Kennedy e Franklin Roosevelt, foram alunos em Harvard e perpetuam a importância da instituição. Disfrute do campus universitário, visite o Old e New Yard, observe a azafama dos estudantes e saboreie uma refeição nas muitas carrinhas de fast-food existentes nas proximidades.

Massachusetts Institute of Technology - MIT

O MIT conta com 160 anos de história, estando localizado nas proximidades de Harvard, em Cambridge Massachusetts. O MIT destaca-se por um processo de admissão rigoroso, selecionando os melhores alunos de todo o mundo. Atualmente, considerada a melhor universidade do mundo, aposta essencialmente na vertente da tecnologia. O campus construído em terrenos inundáveis do rio Charles, destaca-se pelos seus vastos jardins e polos inerentes a diferentes especialidades. O MIT caracteriza-se por formar equipas que integram os especialistas de maior valor para o programa espacial americano. A visita ao campus pode ser realizada através de guia, essencialmente alunos que procuram algum financiamento

para os estudos e realizam visitas com alguma regularidade. Entre algumas figuras notáveis o MIT formou, Dava Newman ex-administradora da NASA, o diplomata Kofi Annan ou o astronauta da missão Apollo 11, Buzz Aldrin.

Quincy Market, no Faneuil Hall Marketplace

O Quincy Market está inserido num prédio de construção peculiar, datado de 1828 junto ao canal principal do rio Charles. Este mercado alberga um conjunto de pequenos comerciantes e no qual o visitante poderá saborear iguarias locais, destacando-se a lagosta e as patas de caranguejo. Uma visita ao Quincy Market é sem margem de dúvida obrigatória, recomendo uma breve passagem pelos seus corredores apertados e uma decisão rápida pois a azáfama e confusão são constantes.

Fenway Park

Boston, transpira Desporto, falamos de Hockey, Baseball, Basketball e Futebol Americano. A cidade é casa de diversas equipas de primeira linha do desporto mundial. Uma das paragens obrigatórias é o Fenway Park, casa dos titânicos Boston Red Sox. Considerados por muitos como a maior equipa de baseball do mundo, destaca-se das demais com adeptos espalhados por todo mundo. Construído em 1912, é atualmente o parque de baseball mais antigo, e a sua remodelação manteve a fachada rústica em tijolo, o que de certa forma transporta o visitante aos anos 50.



Prepara-se mais do que um jogo de baseball, falo de um espetáculo acompanhado de entretenimento à boa maneira americana. Viva esta experiência, equipe-se a rigor nas lojas e prossiga para a bancada na companhia de uma bebida. Os preços praticados são razoáveis dependendo da zona, do campo, vá com tempo porque os jogos demoram cerca de 4-5 horas.

Prudential Tower

Localizado no centro empresarial da cidade de Boston encontramos a Prudential Tower, de construção moderna destaca-se dos demais edifícios. Uma subida à Prudential Tower permite ao viajante uma visão deslumbrante a 360° sobre a cidade, edifícios, rio e baía.

North End- Italian District

A cidade transpira diversas culturas, destaco Boston como uma cidade onde a emigração é latente. Existem diversas comunidades entre Irlandeses, Italianos e Portugueses. Recomendando uma visita para jantar num dos muitos restaurantes

do Italian District, e terminar a noite num dos bares irlandeses, aliás, um deles terá servido como fachada para a série televisiva Cheers.

Museum of Fine Arts – Boston

Nele reside um dos maiores espólios de arte do mundo: o museu de artes de Boston é uma paragem obrigatória para os apaixonados de arte. É possível contemplar peças que datam desde o Antigo Egito até renomeados artistas contemporâneos. Destaco alguns artistas cujo as obras podem ser apreciadas: Edgar Degas; Pierre-August Renoir; Paul Cézanne; Claude Monet; Van Gogh, Henri Matisse e Andy Warhol.

A visita pelo centro da cidade permite ao visitante conhecer a história da cidade, em cada recanto um edifício, uma igreja, um monumento. Imiscua-se pelas ruas, deixando-se perder de vista, só assim viverá a essência de Boston, uma cidade portuária aprazível e repleta de significado na independência dos Estados Unidos da América.

Boston a origem de uma Nação!



João Costa

Doutorando em Sistemas Sustentáveis de Energia



SABORES LUSOS EM ESTADO LÍQUIDO

O mundo dos concursos no sector vitivinícola

É usual começar qualquer discurso, ou depoimento, com uma declaração de interesses. Desta vez vou começar o artigo com uma declaração que talvez possa apelidar de “desinteresse”: Não tenho nenhum interesse pessoal em nenhum concurso de vinhos.

E, apesar de trabalhar vinhos e de ter todo o interesse em ver o mérito do meu trabalho reconhecido; apesar de ter vindo a pertencer a júris de alguns concursos de vinho; apesar de ter vindo a receber prémios através do meu

trabalho; não tenho nenhum vínculo que me associe do ponto de vista económico, de trabalho ou de dependência a qualquer concurso de vinhos ou revista especializada.

Não deixo de reconhecer, porém, que o sector depende muito da forma como cada agente é visto pelo exterior. Mas há mitos a combater. Então, vamos a eles.

Mito nº 1.: Os prémios são atribuídos aos melhores

Nem sempre é verdade. Num concur-

so são premiados os melhores entre os que concorreram. Nem sempre os melhores de cada região vitivinícola se submetem a concurso. Os prémios são obtidos muitas vezes por comparação com os vinhos de cada painel, pelo que em princípio recebe validação quem se destaca num painel, numa amostra entre os vinhos que estão a concurso.

Mito nº 2.: Os prémios são atribuídos pelos produtores a si próprios ou aos amigos

Às vezes é verdade, mas importa saber como... Um painel de prova tem sempre dezenas de pessoas. Os vinhos são provados às cegas, sem identificação. Há membros do júri com mais experiência e outros que representam mais o “perfil do consumidor”. Os primeiros procuram valorizar o estilo de cada região; os segundos tendem a beneficiar os vinhos por outros factores, mais dependentes do seu estilo pessoal. Cada vinho que recebe um prémio importante é usualmente validado por outro painel, mais completo. Pode suceder que no meio desses painéis de prova, às cegas, alguém atribua um prémio ao seu próprio vinho ou ao de pessoas próximas. Mas nenhum vinho é validado apenas por um dos membros do júri e ninguém sabe o que está a provar quando pontua.

Mito nº 3.: Os prémios não têm valor

Os prémios não são infalíveis, mas marcam tendências e destacam sempre aspectos positivos dos vinhos ou dos projectos. Ninguém pode atribuir de forma séria o prémio de “melhor do mundo”, como às vezes se lê nas notícias. Mas um prémio é sempre o sinal de um reconhecimento que tem mérito e que deve ser destacado. Aqui, claro, partimos do princípio que os produtores enviam como amostra o vinho que efectivamente comercializam sob a marca premiada. Mas aí é difícil ter garantias de que é sempre assim...

Mito nº 4.: Os prémios são infalíveis

A prova cega de vinhos é sempre mais infalível do que a prova com indicação dos rótulos. Mas a infalibilidade não existe. A experiência do júri concorre para uma prova (e pontuação) mais objectiva e racional. Mas a subjectividade está sempre presente. E aquilo que é um sinal de qualidade para um jurado não é, necessariamente, o mesmo sinal para outro.

Mito nº 5.: Os prémios são comprados

Ao longo de todos os anos de trabalho no sector tenho assistido ao contrário. Há amizades que se desfazem, há produtores que sentem ser incompreendidos, há investidores e patrocinadores que ficam desolados com os resultados dos concursos. A nível internacional já assistimos de tudo e sim, até já fizeram filmes sobre a corrupção no sector. Mas a grande maioria dos profissionais tem ética e sabe que, no longo prazo, a credibilidade é o seu único ganha-pão. O que – como já vimos – não é garantia de infalibilidade.

Mito nº 6.: Os prémios são atribuídos sempre aos mesmos

Há de facto padrões de prova e tendências que influenciam os júris de concursos e de revistas. Eu, por exemplo, tenho um padrão de prova que tento conter, para introduzir objectividade. Tendencialmente valorizo (muito) vinhos frescos e prejudico vinhos com açúcar. Quem trabalha no sector está sempre influenciado por novas tendências ou até pelas pessoas com quem normalmente faz as provas. Mas há inúmeros produtores “revelação” que começam a ser falados precisamente depois de conquistar prémios e de deixar para trás produtores mais “reconhecidos”.

Em suma, os prémios nos vinhos não são garantias absolutas de qualidade. Mas são um instrumento útil, sobretudo para quem não tem experiência e precisa de indicadores para diminuir o risco associado às escolhas. De qualquer forma, é sempre importante provar muito e conhecer padrões diferentes. Mais importante do que os prémios atribuídos por outros é sempre formar uma opinião própria. E para isso é fundamental conhecer (quase) tudo o que o sector anda a fazer. Felizmente, há muitas coisas com interesse a surgir no mercado e que merecem ser conhecidas.



Pedro Guerreiro
Gestor



SABORES LUSOS EM ESTADO SÓLIDO

O primeiro restaurante e o chapéu de cozinheiro

Hoje venho contar a história dos restaurantes. Todos gostam de saber como nasceram as atividades e as profissões pelas quais nos apaixonamos, muitas vezes, ainda em crianças.

O nome restaurante deriva da palavra francesa *restaurant*. A história do surgimento do primeiro restaurante não é consensual. Uma das versões, é a de que o primeiro restaurante foi criado em 1765, em Paris, por M. Boulanger. Supostamente, o primeiro estabelecimento a vender sopas

restauradoras para o estômago (*bouillon restaurant*, em Francês).

Uma segunda versão veiculada nos livros e publicações históricas dizem-nos que o primeiro restaurante foi criado em 1766, também em Paris, por Marthurin Roze de Chantoiseau. Este venderia também comidas saudáveis, incluindo a tal sopa restauradora. Quer num quer noutro caso, nesses lugares o cardápio era restrito a sopas, sendo um pouco diferente do restaurante que hoje conhecemos.



Mais tarde, em 1782, e novamente em Paris, Antoine Beau-billers fundou o primeiro restaurante, dentro do conceito que hoje entendemos ser um restaurante: o La Grande Taverne of London, integrando uma equipe especializada de garçons, (empregados ou colaboradores), uma sala de jantar, conhecida por ser um salão elegante, uma cozinha com bons ingredientes e uma boa adega. Foi a partir dessa época que os franceses adquiriram o hábito de comer fora. Foi com a Revolução Francesa que a classe burguesa ganhou força e possibilidades econômicas fazendo com que proliferassem muitas atividades comerciais e entre elas, os restaurantes. Para terminar, deixo uma curiosidade: o chapéu de cozi-

nheiro (em francês toque blanche) surgiu em França, na Idade Média, altura em que ser-se cozinheiro era muito importante, pelo que os cozinheiros eram agraciados com o título militar de Officiel de Bouche (oficial da boca).

Dentro da cozinha, já nessa altura, existia uma hierarquia e as alturas dos chapéus variavam de acordo com o posto exercido por cada um. O *chef* usava sempre o chapéu mais alto enquanto os auxiliares mais simples usavam apenas um boné. Nos dias de hoje, os chapéus de cozinheiro tem a função de obedecer a critérios de higiene e segurança no trabalho mas também são ilustrativos da hierarquia dentro da cozinha.



Tiago Sabarigo
Chef Essência Restaurant/ Budapest



FALAR PORTUGUÊS

Dez palavras que Portugal deu aos ingleses

Sabemos todos quantas palavras andamos a roubar aos ingleses — mas hoje deu-me para virar o jogo ao contrário: então e que palavras demos nós à língua deles?

Ainda são umas quantas — embora, na verdade, não tenhamos exportado assim tantas nos últimos tempos. Seja como for, na época em que portugueses e ingleses andavam aos encontrões pelo mundo, o inglês lá nos veio buscar muitas palavras. Não é nada de admirar: o inglês é língua sem grande pudor em engolir palavras de todas as línguas que encontra pelo caminho — e de lhes deixar em troca muitas mais, como sabemos.

Escolhi dez, só como exemplo...

1. Auto-da-fé

Sabemos que, nisto da (pouco) Santa Inquisição, os espanhóis ficaram com a primazia — não é em vão que se tem um Torquemada. Aliás, a definição no dicionário onde fui verificar esta palavra é clara: o auto-da-fé é a «queima de heréticos pela Inquisição espanhola».

No entanto, a palavra inglesa para designar esses lúgubres espectáculos de queima pública de condenados veio mesmo do português...

Enfim, esta é uma palavra inglesa de origem portuguesa

que nos pode embarçar, o que nos leva a outra das palavras inglesas de origem ibérica...

2. Embarrass

Já sabemos que esta palavra nos embaraça muito em espanhol — onde uma mulher embaraçada até pode ficar muito feliz...

Os ingleses, por seu turno, vieram cá roubar a palavra e não lhe mudaram o significado.

O que talvez embarace algumas pessoas é admitir o seu...

3. Fetish

Quem diria?... O «fetish» inglês veio do «fétiche» francês — que por sua vez veio do «feitiço» português!

Curiosamente, o «fétiche» francês foi devolvido à proveniência portuguesa, com outro significado...

Digamos que esta é uma palavra bem portuguesa que emigrou para a França e voltou com sotaque — e, entretanto, teve um filho que foi viver para Inglaterra... São bem vividas, as palavras!

4. Lingo

Esta é a palavra que os ingleses usam para designar uma língua ou dialecto estrangeiro: «I don't speak the lingo.»

A frase acima terá um sabor parecido com a nossa frase «Não sei falar estrangeiro.»

Ora, «lingo» vem — com toda a probabilidade — da palavra «lingoa», a forma como escrevíamos «língua» há uns séculos...

5. Marmalade

Pois oferecemos a palavra «marmelada» aos ingleses... Mesmo se a marmelada deles não é exactamente igual à nossa! A nossa palavra é baseada no «marmelo» — e, como nestas coisas ninguém parece inventar nada, fomos buscar esse nome ao grego: «melímelon» (diz a Infopédia).

6. Mosquito

No fundo, é uma pequena mosca, um mosquito, e assim ficou em português, em inglês — e em espanhol...

Diga-se que há muitas palavras cuja origem ibérica se torna difusa: tanto podem ser de origem portuguesa como espanhola.

Aqui, aquele «ito» no fim faz-me desconfiar dum certo sabor castelhano. Mas os dicionários ingleses dizem que veio do espanhol e do português — quem sou eu para duvidar?

7. Palaver

A palavra inglesa para «palavreado» vem da nossa palavra para «palavra» (e assim criei uma espécie de trava-línguas).

Será que os ingleses nos achavam muito palavrosos? Talvez. Não faz mal: é curioso ver a nossa «palavra» assim transfigurada...

8. Sargasso

A palavra para «sargaço», em inglês, é «sargasso» — isto das cedilhas não é com os ingleses.

Uma confissão: a palavra faz-me sempre sonhar com o título Wide Sargasso Sea, de Jean Rhys...

9. Verandah

Neste caso, a língua inglesa copiou a nossa palavra, mas deu-lhe um twist: a «verandah» inglesa é o nosso alpendre. Não faz mal: as palavras viajam e, pelo caminho, mudam de personalidade. Acontece a todos!

10. Zebra

A nossa amiga zebra é portuguesa, dizem. Quer dizer, não será portuguesa, que por cá não há assim tantos exemplares da espécie, mas o nome que os ingleses lhe dão veio da nossa língua, que andou por aí a explorar o mundo e a descobrir animais...



Marco Neves

Universidade Nova de Lisboa

| **LEGAL**

Casamentos entre jurisdições

aos olhos da lei portuguesa

info@abreuadvogados.com

<https://abreuadvogados.com>



Ao casamento celebrado em Portugal entre ou com cidadãos estrangeiros aplicam-se as mesmas regras que se aplicam a um casamento celebrado entre dois portugueses. A única particularidade reside no facto do nubente estrangeiro dever fazer prova de que tem capacidade para contrair casamento através da apresentação de um certificado de capacidade matrimonial, emitido pelas autoridades competentes do seu país de origem. Para além deste certificado deverá ser apresentada, também, uma certidão de nascimento. Ambos os documentos

deverão ser emitidos há menos de 6 meses, contados da data da submissão do processo de casamento junto da Conservatória do Registo Civil, e estar devidamente legalizados pela entidade competente do país onde são emitidos os documentos, através de Apostila, caso se trate de país signatário da Convenção de Haia a este respeito, ou pelo Consulado de Portugal. Como documento de identificação deve ser apresentado, pelo nubente estrangeiro, o título ou autorização de residência e o passaporte ou documento equivalente.

Note-se que os documentos mencionados, quando escritos em língua estrangeira devem ser acompanhados de tradução certificada, salvo se estiverem redigidos em língua inglesa, francesa ou espanhola e o funcionário competente dominar essa língua, o que nem sempre se verifica e poderá atrasar o processo se essa mesma tradução vier a ser exigida posteriormente à submissão do processo.

A propósito do processo de casamento, o mesmo inicia-se através da declaração da vontade de casar, expressa pelos nubentes, ou procurador que os represente, numa Conservatória do Registo Civil. Nessa declaração, deverá ser indicada a modalidade do casamento, o local onde se pretende casar, o regime de bens, e o dia e hora do casamento, devida e previamente acordados com o conservador.

No que ao regime de bens diz respeito, se ambos os nubentes (ou apenas um deles) forem de nacionalidade portuguesa a lei prevê os seguintes regimes tipo de bens:

- Comunhão de adquiridos: este é o regime supletivo de bens em Portugal, isto é, aplica-se este regime caso os nubentes não celebrem convenção antenupcial. No mesmo distingue-se entre os bens próprios e comuns do casal. Simplificando, são bens comuns os adquiridos após o casamento, sendo que os

anteriores são bens próprios. Excecionam-se da comunhão, contudo, os adquiridos a título gratuito, o auferido com a venda de bens próprios, e o produto do trabalho;

- Comunhão geral: este regime, vedado no caso de qualquer dos nubentes ter filhos de outras relações, todos os bens, anteriores ao casamento ou adquiridos depois deste, mesmo que a título gratuito, são considerados comuns;

- Separação: neste regime, obrigatório nos casos em que um dos nubentes tem idade igual ou superior a 60 anos, cada um dos cônjuges tem poder absoluto sobre os seus bens, independentemente do casamento;

- Ou ainda outro que os nubentes convencionem, dentro dos limites da lei.

O conteúdo e os efeitos das convenções antenupciais e do regime de bens, seja ele legal ou convencional, são definidos pela lei da nacionalidade dos nubentes ao tempo da celebração do casamento. Caso os nubentes tenham nacionalidades diferentes, os nubentes podem determinar qual a lei aplicável em matéria do seu regime de bens:

- País de residência de ambos os nubentes;
- País de nacionalidade de um dos nubentes;
- País onde foi celebrado o casamento.



Raquel Brito
Abreu Advogados



Maria Alexandra Jardim
Abreu Advogados

CONSULTORIA FISCAL E DE GESTÃO

Ao seu Lado
acompanhando
o seu negócio
quer seja desenvolvido
em nome pessoal ou
através de uma
sociedade de forma
personalizada

As áreas de suporte
e apoio à gestão
são ajustadas às suas
necessidades
potenciando o seu
negócio tendo
em conta a nossa
experiência
internacional.



Business Adviser, Gabinete de Contabilidade
Processamento de Salários, apoio fiscal e ao estatuto RNH

Apoiamos a nossa atividade há já duas décadas
a partir das cidades de Lisboa, Paris, Marraquexe.



Lisboa, Paris, Marraquexe



+351 211 978 542



info@cisterdata.pt



www.cisterdata.pt

DIREITO FISCAL

As Sucessões em Portugal

Perspetivas Civil e Fiscal

contact@rfflawyers.com

<http://rffassociados.pt>

Nos dias que correm, é cada vez mais comum os fenómenos sucessórios terem contacto com vários países e jurisdições, levantando-se questões quanto à determinação das regras da sucessão.

A lei que deve reger a sucessão de certa pessoa, nos termos do Regulamento Europeu aplicável, será a da sua última residência habitual, ou seja, do Estado em que o falecido residia à data da morte. Em caso de dúvida, será considerado como país da sua última residência habitual o Estado com o qual o falecido mantinha uma relação mais estreita e estável. Não obstante, o Regulamento prevê, também, a possibilidade de escolha prévia, expressa e inequívoca, da lei a regular toda a sucessão, desde que seja a lei da nacionalidade do autor da sucessão. Assim, é possível determinar, num caso e no outro, que seja aplicada a lei interna de Estado terceiro (não membro da UE).

O Regulamento apenas determina



a legislação aplicável a certa sucessão, tendo de se considerar a legislação interna do Estado competente. Caso seja aplicável o direito português, terá de ser respeitada a existência de herdeiros legitimários (cônjuge, descendentes e ascendentes) e, bem assim, a quota indisponível (ou legítima), que é a parte dos bens de que não se pode dispor e que cabe a esses herdeiros legitimários.

O Regulamento não determina, porém, a competência tributária. E, sendo a lei portuguesa aplicável, é relevante notar que não existe, em Portugal, imposto sucessório, mas os herdeiros podem, ainda

assim, ter de suportar encargos fiscais. Se a herança indivisa continuar a gerar rendimentos, estes podem ficar sujeitos a tributação na esfera do cabeça-de-casal ou na dos próprios herdeiros (dependendo do tipo do rendimento). Mesmo nos casos em que a herança não gera rendimentos, pode haver lugar a obrigações fiscais (desde logo, declarativas) e os herdeiros podem ter de suportar o pagamento de Imposto do Selo, IMT e/ou IRS, após a abertura de sucessão e em resultado da partilha.

Dito isto, e não obstante não existir, à data, imposto sucessório em Portugal, a hipótese da sua criação (ou recuperação, uma vez que existiu no passado) não deixará certamente de ser suscitada, em especial considerando as dificuldades que o país irá atravessar, em razão da pandemia, com potenciais défices suplementares excessivos, que o nosso país terá dificuldade em suportar.



Rogério M. Fernandes Ferreira
Rogério Fernandes Ferreira & Associados

| FISCAL

Férias fiscais

Muitos dos nossos concidadãos não têm consciência que até há pouco tempo existiam profissões em Portugal que não podiam tirar férias, nem gozar a licença de paternidade ou maternidade. A Assembleia da República encerra para os deputados puderem ir de férias e até os tribunais fecham, para que os juizes e demais profissionais da área possam ir também de férias.

Já os Contabilistas Certificados tinham que cumprir um role extenso de obrigações fiscais mesmo estando de férias, doentes ou de licença de paternidade ou maternidade.

Felizmente e finalmente, este ano o Estado português resolveu dar alguma paz aos Contabilistas Certificados durante as suas férias, contribuindo com alguma qualidade de vida para estes profissionais e seus familiares. Foi um grande passo que o País deu, mas um pequeno passo para o aumento da qualidade das férias dos Contabilistas Certificados já que as obrigações fiscais não desaparecem, apenas a data limite para o seu cumprimento passa a ser o último dia do mês de Agosto. É melhor

do que nada, pois sempre permite ter quinze dias de férias sem obrigações mas depois fica-se com os restantes quinze dias de agosto para cumprir com todas obrigações... Ganha-se mais alguma tranquilidade ao saber que os prazos relativos aos atos do procedimento tributário, resposta a pedidos de esclarecimento da AT ou audições prévias, passam para o primeiro dia útil do mês de setembro, e o mesmo acontece com os prazos relativos às inspeções tributárias e notificações fiscais.

A alteração mais significativa que acompanhou a introdução das férias fiscais, foi considerar que o Contabilista Certificado já não pode ser responsabilizado pelas dívidas fiscais dos seus clientes por mero erro ou negligência, agora é preciso ter culpa, ter uma atuação dolosa... quantos não viram a sua vida ser arruinada pela simples arbitrariedade de alguns funcionários... felizmente que não era uma atitude generalizada por parte da Autoridade Fiscal. Outra boa notícia foi terem considerado que os novos formulários têm que ser conhecidos pelos contabilistas, para es-

tes o entregarem, dando-se assim 120 dias para eles se familiarizarem e adaptarem os seus sistemas informáticos.

Os Contabilistas Certificados já podem tirar férias em Agosto sem estarem preocupados em cumprir com uma série de obrigações fiscais durante o seu merecido descanso.

Recomenda-se que não tirem o mês completo pois teriam uma avalanche de situações para resolver assim que chegassem de férias.

Infelizmente, a Segurança Social continua a não reconhecer a existência dos Contabilistas Certificados, ignorando-os magistralmente. Talvez por isso os Contabilistas Certificados continuaram a ver as suas férias perturbadas para assegurar o cumprimento das obrigações relativas à Segurança Social. Não esqueçamos que existem outras obrigações relativas ao Banco de Portugal, ao INE, à Autoridade para as condições de Trabalho que também devem ser asseguradas. Não hesite em contactar um Contabilista Certificado caso precise organizar as suas férias continuando a trabalhar...



Philippe Fernandes
CEO Cisterdata



Quando falham certos detalhes tudo se torna inútil.
info@amostradeletras.pt

Ei![®]
Assessoria
Migratória

WWW.EIMIGRANTE.PT

VIVA OS SEUS SONHOS VIVA EM PORTUGAL

+351 217 960 436

GERAL@EIMIGRANTE.PT

@EIMIGRANTE



AV. FONTES PEREIRA DE MELO, 35-2ºA 1050-118 LISBOA
RUA FELICIANO DE CASTILHO, 66 4000-293 PORTO